

Nuno Medeiros

Capítulo 2

Pelo Império, Publicar! Defender o colonial português através da edição de livros durante o século xx na metrópole

Este capítulo incide na procura e delimitação de um *corpus* de títulos e coleções de livros, publicado em Portugal no século xx e até à independência das colónias africanas, que se centre no temário imperial, colonial, do exótico como outro ou espaço diferente, e sobre o qual recai uma conotação positiva, assimilada a uma doutrina de domínio ultramarino. Identificam-se as lógicas da edição desse *corpus* a partir de elementos axiais predominantes ou em articulação: celebratório, de denúncia, descritivo, prescritivo, entre outros, alicerçando o exercício na premissa de que se trate de obras e séries que defendam a vocação colonial portuguesa, plasmada em ideias como missão civilizadora, desiderato histórico irreprimível ou excecionalidade como marca identitária da nação. A ambição não é compreender a totalidade da atividade editorial durante o período mencionado, mas apresentar um observatório suscetível de demonstrar que a produção – e, em última análise, a circulação – de livros, no que aos temas do império colonial português diz respeito, habita um mundo social imbricado nas dinâmicas político-históricas prevaletentes em Portugal.

Mas este mundo social, construído no cruzamento entre a defesa da heroicidade, benignidade ou necessidade da vocação imperial (logo, do domínio colonial como missão e eixo identitário da nação portuguesa) e o processo de elaboração e disseminação das representações dessa natureza benigna e necessária pela cultura impressa, é também um mundo social configurado por dimensões próprias, designadamente as referentes às condições externas (determinadas por variáveis como um elevado e persistente analfabetismo, uma urbanização tardia, uma compressão de instrumentos repressivos a partir de certa fase e também pelas dinâmicas do colonialismo português no século xx, designadamente as transmutações retóricas de justificação decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial e da conflagração armada nas colónias a partir do início da década de 1960) e internas do próprio campo editorial, às escolhas dos editores e ao seu entendimento das suas possibilidades e da sua inserção comercial, organizativa, técnica, estética e ideológica num mercado de grande especificidade.¹

E é justamente o tipo de edição prevalecente em Portugal, desde o final do século xix (com o crescimento das edições de celebração e de ficção histórica finissecular oitocentista, mas também a atenção aos temas da expansão e do heroísmo percebida em algumas propostas literárias para a infância) e ao longo do século xx até ao fim da ditadura (do espevitamento observado na década de 1920 às apostas individuais de editores no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Colonial), e o sector temático da literatura pró-colonial que funcionam como fatores que explicam em larga medida os atributos deste mundo, como a prolixidade de projetos editoriais de curta ou muito curta duração e o recurso amplo e reiterado à edição de autor. Estas duas dimensões são aprofundadas nas secções 1, 2 e 5 deste capítulo.

É na interseção triangular entre a crescente referência retórica e doutrinária do aparelho de poder (na I República e mais ainda no salazarismo) ao desígnio imperial de Portugal, as características sociais do campo editorial de livros e a existência de figuras capazes de

¹ Para uma introdução a este feixe de condições externas e internas ao campo da edição de livros em Portugal desde finais de Oitocentos até ao final do regime do Estado Novo, vejam-se, de Nuno Medeiros, *Edição e Editores: O Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010); e *O Livro no Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Edições Outro Modo, 2018).

marcar pelas suas práticas determinados ritmo e orientação ao contexto (desde detentores de cargos públicos, como Armindo Monteiro, Armando Zuzarte Cortesão ou Júlio Cayolla, até gente com forte ligação à literatura e à edição, como Julião Quintinha, Amândio César ou Reis Ventura, passando ainda por personagens transversais a vários universos e que se destacaram pelo seu trajeto singular, exemplarmente ilustradas pela figura de Henrique Galvão), que se vai definindo e redefinindo na metrópole a arena do livro editado de feição colonial (aqui entendida como colonialista) e imperial, o seu produto literário, a sua circulação e as suas aspirações de legitimidade. É na triangulação detetada, emoldurada por uma lógica de luta pela capacidade de elaboração e projeção de representações sobre o tema colonial (ambicionando uma supremacia das visões imperialistas), que se consegue discernir com nitidez uma intervenção dos poderes públicos autocráticos na esfera editorial muito mais vincada e consistente do que noutros sectores e temas do mundo impresso.

Nesta intervenção do Estado Novo no campo, criando sistemas de consagração literária como os prémios de literatura colonial ou investindo em edição própria, é particularmente visível – sobretudo na atividade de organismos como a Agência Geral das Colónias (AGC), depois Agência Geral do Ultramar (AGU) – uma tensão entre coleções com formulações mais popularizantes, inscritas numa espécie de cultura impressa interessada no grande consumo e na circulação alargada dos livros publicados (com edições mais baratas e de menor volume e quantidade de páginas), e vias essencialmente estribadas em formas de cultura impressa de teor mais erudito, com uma circulação deliberadamente mais restritiva e destinada a públicos especializados (com edições muito mais onerosas, com aturado esmero gráfico e material, com estudos académicos e reedição ou transcrição de fontes esgotadas ou inéditas). Esta dimensão é objeto de análise nas secções 3 e 4 deste capítulo.

É neste quadro de múltiplas articulações entre instâncias políticas e venturas comerciais, com um pano de fundo conferido pela edificação de uma modernidade portuguesa a braços com os atavismos e os avanços das suas estruturas, que a intervenção de figuras específicas ganha potência hermenêutica. Deter o olhar na sua atividade e no seu posicionamento é texturar a compreensão do fenómeno editorial face à complexidade inerente aos processos de constituição da

cultura impressa. Henrique Galvão será, talvez, o mais emblemático representante da importância analítica de um percurso singular na apreciação desse mundo editorial rugoso.

Henrique Galvão: a singularidade expressiva

O percurso individual de Henrique Galvão não constitui uma excecionalidade, mas desenha uma singularidade social de clara imbricação no mundo do livro. Galvão via na circulação da palavra impressa um dos veículos mais poderosos na propagação de posições, valores e propostas políticas, demonstrando uma particular preferência pelo livro. Far-se-á, aliás, acompanhar ao longo da vida pela edição como caminho prescritivo e de participação no espaço público. Este caminho pelo livro traduz uma multiplicidade morfológica, optando o autor por uma variedade de géneros literários de leque bastante amplo. Alguns dos seus livros foram verdadeiros êxitos de venda, conhecendo sucessivas edições e contribuindo para uma certa popularização de alguns temas de referencialidade colonial, com particular destaque para a fauna africana.

Neste particular, Galvão terá sido mesmo um dos mais conhecidos e vendidos autores de livros promotores da presença portuguesa em África, suscitando nos leitores o desenvolvimento de um imaginário simultaneamente aventuroso, exótico e de coexistência pacífica e naturalizada entre o colono e a população indígena. Nenhum livro editado sob chancela do Estado terá tido maior tiragem e circulação do que algumas obras de Henrique Galvão, circunstância que sublinha a relevância do estudo de casos concretos na interpretação dos processos de massificação editorial em que participaram, com diversos graus de sucesso, instâncias públicas e privadas (atentando ao facto de que coleções da AGC/AGU como «Pelo Império» conheceram uma capacidade assinalável na impressão e circulação).

A edição de autor é um instrumento a que Henrique Galvão recorre com frequência, particularmente na transição da década de 1920 para a seguinte, mas igualmente muito depois desta fase. As obras que fazia sair do prelo em autoedição nem sempre eram pequenas. Foram os casos, entre outros, de *Em Terra de Pretos (Cronicas d'Angola)*, de 1929, *História do Nosso Tempo. Acção e Obra de João de*

Almeida, 1904-1910, de 1931, *O Vélo d'Oiro. Novela Colonial*, também de 1931 (tendo a Parceria António Maria Pereira como depositária),² *O Poeta Lopes Vieira em África e o Seu Relatório*, de 1932, ou *Por Angola (Quatro anos de actividade parlamentar): 1945-1949*, circa 1949 (tendo a Livraria Popular de Francisco Franco como depositária). Edita por sua conta, mas entrega a estratégia e a capacidade de distribuição a editoriais com pergaminhos e bem implantadas no mercado, amplificando a venda dos seus livros. As edições que, bem mais tarde, fará no Brasil – enquanto exilado político veementemente contrário ao salazarismo – serão igualmente edições de autor. Entram nesta categoria as chancelas editoriais da Comissão de Libertação Nacional, no Rio de Janeiro, e da FAPLE – Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados, em São Paulo,³ provavelmente suportadas na íntegra ou em larga parcela por Henrique Galvão.

Imbuído de motivações doutrinárias vigorosamente favoráveis à ideia de um Portugal cujo desígnio colonial seria um dos pilares identitários, Galvão proclamava a necessidade absoluta de um programa político para as colónias sustentado em pensamento e ação sistemáticos e direcionados para o que entendia como desenvolvimento. Em 1929, na condição de antigo governador de Huíla (tomara posse nesse mesmo ano), inicia o relatório do seu mandato com um posicionamento crítico face ao que tomava como ausência, defendendo que «[n]ão temos uma doutrina colonial, nem um espírito colonial, nem um método colonial. [...] Esta falta duma doutrina colonial resulta em grande parte duma Política Colonial. A falta de uma e outra, eliminam, de entrada, a possibilidade de ideias coloniais práticas e eficientes».⁴ No início de 1930, reitera o seu posicionamento

² Nesse período inicial cuja atividade editorial de Henrique Galvão corria essencialmente como edição de autor, a Parceria António Maria Pereira foi depositária de outros títulos, como *Terras do Feitiço (Contos Africanos)* ou *O Sol dos Trópicos (Romance Colonial)*, ambos dos anos 1930.

³ Estas duas chancelas acolhem textos de Henrique Galvão profundamente críticos do regime do Estado Novo e da figura do seu chefe. Em *SOS Portugal. Depoimento torpedeado: Portugal e a O.N.U., o salazarismo e a situação no Ultramar português* (s/l [São Paulo]: Edição Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados – FAPLE, 1962), o autor advoga que a adesão a um regime democrático é a única solução para o conflito armado que eclodiu em África, nomeadamente em Angola, sem, contudo, pugnar por uma independência unilateral dos territórios ultramarinos.

⁴ Henrique Galvão, *Huíla (Relatório de Governo)* (s/l: s/ed. [edição de autor], 1929), 3-4.

colonial, assente na proposta de um reforço do que intitula nacionalização das colónias, que corresponde à «[a]ção de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colónias, na situação de componentes dum grande Todo Nacional».⁵ Para Galvão, «esta idéia imperialista, que deve dominar de muito alto os nossos destinos e que é a própria razão da existência de Portugal como Nação, é uma idéia de Todo, de unidade inalterável. Nesta unidade se compreendem todos os territórios extra continentais como parcelas indissociáveis da Nação.»⁶ É este sentido de infusão política profundamente colonialista que anima Galvão em 1931 ao fundar e dirigir a revista *Portugal Colonial. Revista de Propaganda e Expansão Cultural*.

Ao longo dos anos 1930, a inserção de Galvão na orgânica administrativa vai desenhando um percurso de relação com as colónias, cujo auge simbólico veio com a nomeação para diretor técnico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, em 1934, cargo a que se entregou diligentemente e que, de certa forma, retoma enquanto diretor da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, em 1940. Este trajeto permite-lhe ir construindo e propondo algum corpo doutrinário de ação colonial, mais precisamente de atuação colonizadora, incidindo em dimensões como a necessidade de orientar e incrementar o povoamento europeu das colónias, segundo critérios por ele estipulados.⁷ A vontade sinaliza uma perspetiva elogiosa da política de Salazar e do Estado Novo para as colónias, na primeira metade da década de 1930, então sob a forma discursiva de uma série de expectativas.

Enquanto diretor técnico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, por exemplo, Henrique Galvão será um óbvio responsável pela incrustação editorial do evento que se encarregou de coordenar e de montar, perspetivando-o como uma tripla oportunidade em boa medida respaldada na atuação das Edições da Primeira

⁵ Henrique Galvão, *Nacionalização de Angola. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de Janeiro de 1930* (s/l: s/ed. [edição de autor], 1930), 5.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 8.

⁷ Veja-se, por exemplo, Henrique Galvão, *O Povoamento Europeu nas Colónias Portuguesas* (Lisboa: Ministério das Colónias, 1936). Nesta pequena publicação, correspondente à Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português, o autor é apresentado como capitão e inspetor superior de administração colonial. Veja-se ainda o seu prefácio ao coletivo *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial* (s/l [Lisboa]: s/ed., 1940).

Exposição Colonial Portuguesa, que supervisionou. Antes de mais, a ação editorial derivada do certame constituiu uma oportunidade de interferência no plano do conhecimento científico enquanto suporte da ação colonizadora. Assim se compreende a edição das Atas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, que surgiram como volumes e separatas ou extratos e foram lançadas durante o ano de 1934 com o selo da Edição/Edições da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa. O braço editorial do certame gerou, deste maneira, um manancial produtivo integrando várias dezenas de artigos decorrentes de apresentações ao congresso (alguns deles em inglês), em linha com mundividências pró-coloniais e com perspectivas que – sem esgotar a variedade de propósitos, conteúdos e princípios epistémicos – se ancoraram essencialmente na fileira da antropologia física ou comprometida com os interesses e o projeto colonial do Estado Novo, incluindo as motivações mais evidentemente celebratórias e de glorificação do império a partir de eixos como o da musealização.

Depois, a atuação tipográfica, traduzida em edição de álbuns construindo narrativas visuais (outra imagem de marca das Edições da Primeira Exposição Colonial Portuguesa), também se apresentou como oportunidade aproveitada para demonstrar que a linguagem imperial se exprime mediante opções mediáticas diversificadas, promovendo a edificação de coreografias visuais de base fotográfica, mas recorrendo também à pintura e à ilustração, pautadas por uma vincada incidência estética. Neste domínio, atinge especial alcance propagandístico e artístico a publicação dos álbuns fotográficos da Exposição.⁸ Finalmente, pode mencionar-se ainda uma oportunidade pedagógica, concebida e dirigida por Galvão para a socialização da população com o mundo – e em particular com o tema – colonial. O mapa colorido que concebeu, batizado como «Portugal não é um país pequeno» e publicado em 1934 como instrumento didático (e depressa traduzido e amplamente reproduzido e replicado), promove uma massificação que sensibiliza para a extensão dos territórios ultramarinos através da exploração do impacto visual da sobreposição

⁸ Para um aprofundamento da íntima relação entre foto-livros e propaganda no regime português, ver Filomena Serra, Paula André e Sofia Leal Rodrigues, orgs., *Projectos Editoriais e Propaganda: Imagens e Contra-imagens no Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020).

das colónias num mapa do continente europeu ao mesmo tempo que configura uma afirmação geopolítica e ideológica.⁹

No final do decénio de 1930 Henrique Galvão lança *Império*, volume da responsabilidade das Edições do Secretariado da Propaganda Nacional, no qual traça um quadro geral do que era coetaneamente o império português em diversas dimensões, desde a política e a administração coloniais até à ideia de missão do império, passando pelas finanças, economia e população das colónias. Nas suas páginas se proclama ter sido «Salazar quem restituiu as colónias ao corpo político da Nação e estabeleceu as bases e a estrutura de uma Política Imperial, com a publicação do ‘Acto Colonial’».¹⁰ Alinhando uma narrativa com os pressupostos da propaganda do regime, o autor incensa o trabalho do presidente do conselho de ministros na edificação de um labor político «extenso, prudente, cristão, civilizador e equilibrado», atributos de uma «fisionomia do Império, tal como cinco séculos de colonização a criaram – tal como Salazar a desenhou para os homens de hoje e para as gerações do futuro».¹¹ Em meados da década, mais precisamente em 1934, em publicação de homenagem a Armindo Monteiro, ministro das Colónias, Galvão referia que a «realidade presente [do Império] constitue a glória do actual Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar».¹² Longe, bem longe, estava Galvão da rutura com o regime e do antagonismo com Salazar, que vem em 1959 a apodiar de «Manholas Júnior».¹³

⁹ A dimensão pedagógica visível nesta produção cartográfica de Henrique Galvão mantém uma afinidade evidente com as práticas propagandísticas de afirmação colonial que nesse contexto inicial dos anos 1930 atravessa outras potências coloniais da Europa, como a francesa de Louis Hubert Gonzalve Lyautey, militar responsável pela Exposition Colonial Internationale de 1931. Veja-se, para efeitos de comparação, Luísa Marroni, «*Portugal não é um país pequeno*». A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934», *História. Revista da FLUP*, III (2013): 59-78.

¹⁰ Henrique Galvão, *Império* (Lisboa: Edições SPN, s/d [circa 1938]), 9.

¹¹ Idem, *Ibidem*, 55.

¹² Henrique Galvão, *No Rumo do Império* (Porto: Litografia Nacional do Porto, 1934), 22. Este volume é dedicado «Ao Ministro das Colónias do Governo da Nação», em «Homenagem da Litografia Nacional do Pôrto, no dia da inauguração da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa» em 16 de junho de 1934, s. p. [7].

¹³ Henrique Galvão, *Carta Aberta a Salazar* (s/l: Edição da Comissão de Libertação Nacional, 1959). A contracapa tem a seguinte indicação: Tipografia Manholas, Santa Comba Dão, Sucursal do Rio de Janeiro. Terminando o livro em 1 de fevereiro de 1959, com indicação geográfica de «Alguers» (108), Galvão antevê as consequências possíveis pela edição e divulgação da ferozmente crítica e corrosiva carta, a ser

Galvão embrenha-se convictamente no projeto colonial, embora com desenvolvimento de uma visão própria e que se vai afinando ao longo do tempo. Entre 1950 e 1953, por exemplo, saem na Empresa Nacional de Publicidade os quatro volumes de *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, em coautoria com Carlos Selvagem. É esta perspetiva, crítica de um capitalismo colonial agressivo e segregador, mas ainda assim pró-colonial, que Galvão e Selvagem propõem neste livro quadripartido, que «pretende ser uma obra de informação geral sobre o Império – objetiva, escrupulosa e, tanto quanto possível, completa – e, ao mesmo tempo, mais um subsídio de cultura média a amparar e guiar a consciência colonial do país, na forma embrionária em que ainda se encontra».¹⁴

A adoção de uma postura de autonomia e crítica há de ditar o progressivo e claro afastamento relativamente ao Estado Novo. Perseguido, Henrique Galvão experimenta a atividade autoral durante o cárcere. No Aljube escreve entre fevereiro e maio de 1952 *Vagô. Romance dos Bichos do Mato*, publicado no mesmo ano pela Livraria Popular de Francisco Franco, editora com a qual manteve prolongada relação, e proibido pela censura. A Livraria Popular de Francisco Franco é a sua editora de eleição para livros cuja temática é a dos animais, começando logo nos vários volumes do trio de autores¹⁵ que coletivamente escreve e publica entre 1933 e 1944 os cinco volumes de *Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça)*. O primeiro volume do conjunto, devotado aos elefantes e dos rinocerontes, sai inicialmente em 1933, sendo galaradoado com o Prémio de Literatura Colonial da AGC em 1934.

largamente «distribuída na metrópole, nas províncias ultramarinas e entre a colónia portuguesa do Brasil» (107): «[n]a linha dos teus hábitos e processos, será de esperar um reforço das actividades da PIDE à minha procura, um atentadozinho encomendado à Legião e atribuído aos comunistas, uma nota oficiosa, formalmente muito digna mas imbuída das intrujices irresponsáveis, de umas caluniazitas mal forjadas, de uns rompantes de Tartufo, etc.» (107-108). No verso da capa desta edição pode ler-se: «Desta ‘carta’ tiraram-se quinhentos exemplares em papel especial, numerados e rubricados pelo autor, cuja receita se destina a custear as despesas de edição e a alimentar um fundo de amparo a presos políticos.»

¹⁴ Henrique Galvão e Carlos Selvagem, «Prefácio», in *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, vol. I (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950), 7.

¹⁵ Deste trio, além, de Henrique Galvão, fazem parte Teodósio Cabral, antigo fiscal de caça em Angola, e Abel Pratas, diretor da Estação Zootécnica do Sul.

Os livros deste conjunto conhecerão várias edições. A fórmula do sucesso reside, em boa medida, numa escrita leve e acompanhada por fotografias, ilustrações e um mapa a cores. Os autores expurgam o texto de uma lógica científica, reiterando uma lógica de divulgação impregnando o texto de uma natureza quase ficcional. No prefácio ao primeiro volume da série, apenas assinado por Henrique Galvão, sublinha-se que a «vida dos animais é tôda ela um romance misterioso, pitoresco, movimentado, que surpreende sempre, que encanta muitas vezes, que instrui freqüentemente».¹⁶ O autor do prefácio, muito provavelmente o redator principal (ou final) dos cinco volumes, domina a arte da produção de livros para um público alargado, promovendo o conhecimento de uma realidade longínqua para a esmagadora maioria de portugueses da metrópole através da exploração de um tema (animais selvagens de África) e de um estilo (escrita não técnica, dotada de uma estrutura narrativa propositadamente cativante) capazes de seduzir para o consumo leitoral uma audiência ampla. No âmbito deste esforço de popularização, na senda de uma circulação alargada, avisa-se o leitor de que

Não se trata dum livro de caça, no sentido que, correntemente, orienta os livros dêste género, isto é, apenas um volume de narrativas venatórias para distração de burgueses ou um manual de técnica para aprendizagem de devotos. É, sobretudo, um livro que pretende dizer sôbre a vida e os costumes dos animais bravios, sôbre a sua psicologia, as coisas novas e velhas, que a observação do caçador surpreende, quando, nesta acção de caçar, é o seu espírito de molde a não se fixar exclusivamente no termo final – a morte do bicho.¹⁷

O investimento editorial incidindo na fauna africana não se circunscreve à série *Da Vida e da Morte dos Bichos*, indo até ao sucesso editorial que foi *Kurika*, editado inicialmente em 1944 e destinado às crianças, mas «crianças de todas as idades, entre os quinze e os oitenta anos, as crianças, enfim, que a idade não consegue matar nem abandonar na alma dos homens; mesmo quando as rugas já lhes sulcam as

¹⁶ Henrique Galvão, «Prefácio», in *Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça)*, vol. 1, *Elefantes e Rinocerontes* (Lisboa: s/ed, 1933), VI.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, V.

faces e seus cabelos embranquecem». ¹⁸ O êxito deste livro foi imediato e duradouro, tendo a obra acabado por integrar um certo folclore literário sobre a cena africana, sobrevivendo as sucessivas edições ao fim da política colonial e ao advento da democracia, atingindo no decénio de 1980, simultaneamente como *best-seller* e *long-seller*, cerca de 30 edições pela Livraria Popular de Francisco Franco. Em 2008 veio a lume uma edição da editorial Livros Cotovia. *Kurika* emparceirou com outros títulos numa série que Galvão cognominou «Romance dos Bichos do Mato», composta pelos volumes *Impala* (Livraria Popular de Francisco Franco, 1946) e *Vagô*.

Tanto o percurso editorial de Henrique Galvão quanto o dos outros editores (de extração pública ou privada) observados neste capítulo circunscrevem-se à edição de base exclusiva ou maioritariamente metropolitana. Há toda uma constelação de editoras e coleções federadas em torno de uma agenda de defesa do império e radicadas nos próprios territórios ultramarinos, cujo estudo é fundamental, embora não seja realizado nestas páginas. A sua atividade e a sua capacidade de projeção a partir dos territórios, bem como a rarefação do seu quantitativo, indiciam um quadro de aporia e paradoxo. A lógica de subordinação à metrópole e a prevalência de uma miríade de barreiras reais afetaram diretamente o fluxo editorial, da vigência de um quadro pautal e aduaneiro dissuasor à onnipresença da censura e do controlo policial dos livros em circulação, gerando descontinuidades contradissemadoras em clara contradição com o país pluricontinental e uno propalado nos volumes editados.

A situação foi diagnosticada em tempo, por autores como Rodrigues Júnior, em *Literatura Colonial*, um ensaio publicado em 1953 por uma editora de Lourenço Marques. Na última secção do livro, intitulada «Os escritores e a Agência Geral do Ultramar», em resposta a António Alberto de Andrade, que teria opinado no *Diário Popular* sobre a necessidade de o Estado intervir na escassa produção literária relativa ao Ultramar, Rodrigues Júnior afirma que a «escassês de produção literária nem diz absolutamente nada do nível cultural do Ultramar, nomeadamente de Moçambique (caso concreto sobre o qual se debruça), nem é indicação de falta de valores nem de que

¹⁸ Henrique Galvão, «Prefácio», in *Romance dos Bichos do Mato: Kurika* (Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1944), s. p. [5].

não há interesse pela cultura». ¹⁹ Em sua opinião, «a escassez é sinal de crise do livro e não de escritores», ²⁰ atribuindo a tal facto a não realização do concurso de literatura colonial de 1952. O problema, portanto, não residiria em seu entendimento na falta de gente para escrever, mas na ausência de editores em Moçambique. Rodrigues Júnior afirma que «[n]o Ultramar não há editores. As tipografias do Ultramar que poderiam imprimir os livros, levam pelas edições preços proibitivos, o triplo do que custariam na Metrópole tais trabalhos». ²¹

Nessa base, o autor explica as razões de não valer a pena os escritores concorrerem ao concurso da AGU, mesmo com livros datilografados: «E não merece a pena porque, dando-se o caso – bem difícil – de obterem o primeiro prémio, só poderiam receber, se fizessem a entrega de dez exemplares impressos do seu trabalho. De certo que para receberem um prémio de 7.500\$00 não iriam gastar 15.000\$00 numa edição de 1.000 exemplares do seu livro, sujeitos ainda às contingências da venda na Metrópole e no Ultramar, com o encargo de pagarem ao livreiro 40 por cento de comissão.» ²² Zurzindo essas «contingências», Rodrigues Júnior critica os livreiros da Metrópole, «onde o autor deixa os seus livros em conta de Comissão» e que, «na sua grande maioria, não se interessam pela colocação do livro e tarde ou nunca arrumam as contas com o autor da obra», ou seja, «o interesse dos livreiros está, apenas, nas suas edições». ²³ Deste modo, Rodrigues Júnior conclui que há, de facto, necessidade de o Estado intervir, mas no sentido de a AGU mudar a sua política, uma vez que o seu critério teria sido, na perspectiva deste autor, o «de procurar na Metrópole quem escreva sobre problemas coloniais, editando-lhes os livros», ²⁴ em vez de procurar os escritores que vivem nas colónias. Rodrigues Júnior conheceria bem o contexto de inscrição da sua análise, mas pode ter pecado por algum excesso, dada a assinalável atividade de casas de instituição pública ou privada operando a partir de Moçambique, como a Imprensa Nacional de Moçambique ou a

¹⁹ Rodrigues Júnior, *Literatura Colonial* (Lourenço Marques: Actividades Gráficas, 1953), 29.

²⁰ Idem, *Ibidem*, 29.

²¹ Idem, *Ibidem*, 30.

²² Idem, *Ibidem*, 30.

²³ Idem, *Ibidem*, 30.

²⁴ Idem, *Ibidem*, 31.

Minerva Central,²⁵ ambas sediadas em Lourenço Marques e com um catálogo refletindo uma visão pró-colonial, pelo menos para uma parcela dos seus livros.

Secção 1. O império como motivo na edição portuguesa: ecos oitocentistas no início do século xx

Um olhar sobre a atividade editorial centrada no livro que tome o império como fundamento numa representação benigna ou sob a aparência da neutralidade é um olhar sobre um sistema de imaginação da alteridade num contexto de domínio e de assimetria, normalmente pronunciada. Editar o império, recortar a forma impressa e engendrar vias para a sua circulação e para os modos como o livro pode ser objeto de apropriação leitoral pelos potenciais leitores e outros agentes do muito vasto, composto e inclusivo campo literário, é participar ativamente num universo social instaurado pela e para a subordinação estruturadora de um quadro de relações racializadas.²⁶ A edição de literatura colonial corresponde a um processo de construção social de uma cultura e de uma comunicação impressas que concorrem para a naturalização desse sistema de dominação e de alteridade constitutiva e essencialista,²⁷ funcionando como caucionadora de sentidos e de programas irredutíveis a referenciais estéticos, técnicos ou analíticos.

A expressão «literatura colonial» que será utilizada neste capítulo não decorre de uma matriz conceptual tributária dos estudos literários. O recurso à expressão que aqui se faz aspira mesmo ao distanciamento de uma definição única e prescritiva, optando por outorgar à

²⁵ Sobre a atividade da Minerva Central, embora privilegiando a sua componente livreira, ver Nuno Domingos, «A Minerva Central: uma livraria colonial», in AAVV, *Comunidades de Leitura. Cinco Estudos de Sociologia da Cultura* (Lisboa: Colibri, 2009), 63-120.

²⁶ Para uma introdução à racialização das relações como modo de dominação e ao entendimento do racismo como simultânea derivação e alicerce de hierarquia social perceptível e explicável em contextos concretos e normalmente associado a projetos políticos específicos, ver Francisco Bethencourt, *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX* (Lisboa: Temas e Debates, 2015).

²⁷ Sobre a ideia de alteridade constitutiva, ver Anwar Abdel Malek, «L'orientalisme en crise», *Diogenes*, n.º 44 (1963): 109-142.

expressão um valor discursivo não cristalizado e intrínseco à sua utilização pelos editores, autores e outros agentes.²⁸ Não se enjeita aqui nenhuma diligência delimitadora, sem a qual o uso da expressão se dilui numa flexibilização improdutiva e inoperante. Um bom ponto de partida é oferecido por João Manuel Neves, para quem literatura colonial seria

[...] toda a ficção e lírica relativas à realidade colonial onde se expressam uma ou várias perspectivas instituídas a partir de uma visão colonial do mundo. Neste sentido, a designação de autor colonial refere-se antes de mais, salvo poucas exceções, ao escritor europeu estabelecido nas colónias, colono originário da metrópole ou nascido na colónia, cuja obra diz respeito à realidade colonial. Por outro lado, serão também consideradas como participando da literatura colonial as obras relativas a esta realidade e onde se expressa a mesma perspectiva, escritas por metropolitanos que teriam estado de visita ou em missão na colónia. Integram também esta literatura eventuais obras de características análogas cujo autor metropolitano nunca tenha estado nas colónias mas no entanto aí situa o seu relato.²⁹

Obviamente, este ponto de partida supõe decorrências lógicas e natureza conceptual de ampla promessa heurística, como a distinção entre literatura colonial e literatura colonialista, proposta por Elleke Boehmer,³⁰ empreendimento que exorbita os pressupostos de análise aqui levados a cabo. Por outro lado, o tema colonial e do império enquanto suportes da ação editorial não se confundem neste capítulo com o tema anticolonial ou, na antonomásia mais alargada, pós-colonial, empregue numa aceção de oposição ao colonialismo e ao império. Com efeito, e na óptica de Boehmer, «[m]ais do que

²⁸ Para um aprofundamento e problematização do conceito de literatura colonial, ver Francisco Noa, *Império, Mito e Miopia. Moçambique como Invenção Literária* (Lisboa: Editorial Caminho, 2002). Para uma incursão mais orientada para um caso específico, ver, por exemplo, Sandra Sousa, *Ficções do Outro: Império, Raça e Subjectividade no Moçambique Colonial* (Lisboa: Esfera do Caos, 2015).

²⁹ João Manuel Neves, «Classes genealógicas coloniais: o caso de Moçambique», in *Avanços em Literaturas e Culturas Africanas e em Literatura e Cultura Galega*, orgs. Petar Petrov, Pedro Sousa, Roberto Samartim e Elias Feijó (Santiago de Compostela e Faro: Associação Internacional de Lusitanistas e Através Editora, 2012), 14.

³⁰ Ver Elleke Boehmer, *Colonial and Postcolonial Literature: Migrant Metaphors*, 2.^a ed. (Oxford: Oxford University Press, 2005).

simplesmente ser a escrita que ‘veio depois’ do império, a literatura *pós-colonial* é genericamente definida como aquela que encara de maneira crítica ou subversiva a relação colonial. É uma escrita que se estrutura de uma forma ou de outra para resistir às perspectivas coloniais.³¹

Esta necessidade de separação que aqui se adota não elide, nem o procura fazer, as múltiplas interligações que se foram estabelecendo entre uma escrita favorável a uma ordem colonial e uma escrita contrária a um sistema sustentado no colonialismo. As leituras binárias e de timbre dicotómico que se debruçam sobre este fenómeno incorrem num risco de maniqueísmo, que não só apaga a intrincada constelação de subtilezas de determinado tipo de posicionamentos, fundado não poucas vezes em ambiguidades deliberadas, mas também ignora os efeitos concretos e frequentes das apropriações de textos e escritores, com as consequentes recomposições e até cambalhotas hermenêuticas em torno de obras e intenções autorais. Nunca é de mais destacar que a fronteira entre o colonizador e o colonizado é porosa e insuscetível de se estabelecer com fixidez,³² o que transvaza para a arena literária e para a produção editorial. Mas, da mesma forma, não se pode assumir que a transposição e inclusive a permeabilidade de categorias como colonial e anti ou pós-colonial subsumem uma indefinição e impedem uma distinção entre as mesmas.

Contrariamente ao que parece ter sucedido noutros espaços com passado imperial, particularmente o britânico,³³ em que a edição de certos tipos de livro – como o romance histórico ou a literatura para a infância – teriam desempenhado uma centralidade na contribuição editorial para o mito imperial ou para a vocação colonial como eixo identitário e político da uma nação em construção e em

³¹ Idem, *Ibidem*, 3.

³² Acerca do carácter permeável e fluido das linhas divisórias entre colonizador e colonizado, ver Homi Bhabha, *The Location of Culture* (Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2004).

³³ Para uma introdução à relação entre cultura e colonialismo no império britânico, ver Elleke Boehmer, «Introduction», in *Empire Writing: An Anthology of Colonial Literature, 1870-1918*, org. Elleke Boehmer (Oxford: Oxford University Press, 1998), xv-xxxvi. Para um plano panorâmico acerca das narrativas literárias de vários outros impérios europeus, ver Prem Poddar, Rajeev S. Patkee e Lars Jensen, orgs., *A Historical Companion to Postcolonial Literatures: Continental Europe and its Empires* (Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008).

exaltação,³⁴ a cena portuguesa parece desenhar uma certa distância do tema. Até à coleção «Pátria», dirigida entre 1936 e 1946 por Virgínia de Castro e Almeida, as incursões de livros destinados à infância pelo tema do império são residuais e fragmentárias.³⁵ Nesta coleção, surge um agregado de títulos em torno da expansão, assimilada aqui a descobrimento, descoberta ou campanha militar. Mas o tema colonial propriamente dito está ausente deste conjunto publicado pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

A distância não é assimilável, contudo, a ausência. Há lastro de literatura para a infância na obra de escritoras que atravessam a monarquia e o período republicano até ao advento do Estado Novo, de que Ana de Castro Osório e Maria O'Neill são o exemplo mais claro. Estas escritoras não deixam de abordar o império, sobre ele derramando um modelo narrativo filiado num foco de progresso e crescimento, construído numa plataforma irredutivelmente etnocêntrica e que não deixava de se alimentar de um sistema preconceituoso de base, supressor da diversidade cultural e perfilhando uma visão do Outro a partir de uma autoatribuição normativa de superioridade referencial.³⁶ A intenção, em linha com as propostas programáticas de Ana de Castro Osório e Maria O'Neill no sentido de contribuir para uma socialização geradora de uma fenomenologia de instrução e aculturação formulada como positiva e emancipatória, é humanitariamente fundada e repleta das intenções do crescimento pela educação. No caso do tema colonial, esta intenção traduz-se, no entanto, na defesa de um darwinismo sociocultural traduzida no anseio de elevar os povos colonizados ao patamar da civilização, num fluxo

³⁴ Para o caso britânico, ver John MacKenzie, «Introduction», in *Imperialism and Popular Culture*, org. John MacKenzie (Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, 1986), 1-16; e Jacqueline Bratton, «Of England, home and duty: the image of England in Victorian and Edwardian juvenile fiction», in *Imperialism...*, 73-93.

³⁵ Confira-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, *Catálogo Geral das Edições SNI, 1933-1948* (Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, 1948). Sobre esta coleção ver igualmente António Manuel Ribeiro, «Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Coleção 'Pátria' de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)», *Revista de História das Ideias*, XVI (1994): 161-192.

³⁶ Para um aprofundamento e densificação dos processos de naturalização de alteridade fundada numa assimétrica e naturalizada hierarquia que instaura, fortemente inscrita na história do colonialismo europeu, ver Edward Said, *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente* (Lisboa: Livros Cotovia, 2004).

de evolução ascendente. As propostas literárias destas escritoras republicanas, representativas do campo literário de receção infantil republicano, registam uma contradição essencial:

[...] por um lado, manifestam simpatia pelos povos «atrasados», colonizados, admiração até pelo seu desejo de liberdade e pela sua aspiração a continuarem independentes; por outro lado, em nome dos seus princípios «civilizadores» e das «vantagens» da colonização, expressam um apoio às conquistas coloniais, em especial quando são promovidas pelos portugueses.³⁷

As mudanças operadas pelo Estado Novo na política colonial e nas representações do império, dos seus territórios e do Outro, apoiadas num esforço de elaboração propagandística e de fomento ao surgimento de uma literatura em conformidade, coadjuvado esse esforço pelos instrumentos de injunção repressiva e censória «desautorizadores das racionalidades alternativas ao poder central»³⁸, produzem efeitos na literatura para a infância de temática colonial. O magistério de apropriação cultural gizado pelo regime operou-se com base em premissas fortemente tributárias de uma vontade de moralização, simplificação e ideologização autoritária e supremacista. Os autores de livros para crianças e jovens que despontam ou se engrandecem no registo autorizado da ditadura, como Olavo d'Eça Leal ou Emília de Sousa Costa, «simplificam o mundo, [...] hierarquizam[-no] ainda mais, catalogando estereótipos que falseiam os dados, despersonalizando e demitindo culturalmente o Outro, e particularmente, o Outro colonizado».³⁹

³⁷ Luís Vidigal, «A expansão contada às crianças. A invenção da memória colonial na literatura infanto-juvenil (da segunda metade do século XIX a meados do século XX)», in Maria Cândida Proença, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1850-1950)* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000), 101. Luís Vidigal prossegue na contextualização desta antinomia de base. «Trata-se, afinal, de uma modalidade da contradição herdada de certos socialistas utópicos oitocentistas, pendentes entre um sentimento internacionalista e um fervor chauvinista e colonialista», 102.

³⁸ Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito», 1933-1949* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 33.

³⁹ Vidigal, «A expansão...», 112. Há um relativo consenso analítico que correlaciona a alteração da oferta editorial de literatura de receção infantil com o empobrecimento formal que se verifica a partir dos anos 1930, considerando-se que «o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a instauração de um regime autoritário [...] vai abrandar o ritmo de evolução qualitativa da literatura para crianças, em particular

No âmbito do romance histórico, a ideia e a conceção de império não estão ausentes das preocupações de sucessivos autores e editores. Mas essa presença não parece ser tão significativa quanto se poderia pensar,⁴⁰ nem mesmo com um passado de produção literária de viagens tão rico como o português.⁴¹ O mundo editorial conforma-se a uma cobertura da história nacional romanceada virada predominantemente para um tratamento de personagens e episódios europeus. Atente-se ao caso da Romano Torres, uma editora com pergaminhos na edição de romance histórico de autores portugueses. Olhando para a história, incluindo as narrativas ficcionadas, como marca seminal, esta chancela faz sair múltiplos volumes de romance histórico praticamente desde a sua fundação, em 1885-1886, colhendo com proveito na seara literária de fervor patriótico suscitada pela vaga comemorativa do final de Oito-centos (desde as comemorações do tricentenário de Camões em 1880 e do centenário pombalino em 1882 à celebração dos quatrocentos anos das viagens de Vasco da Gama, em 1898, e de Pedro Álvares Cabral, em 1900) e pelo seu recrudescimento decorrente do *ultimatum* britânico de 1890, fator de visível reação político-literária. Ecoando um verdadeiro espírito do tempo, «tanto o folhetim publicado em jornal como o meio editorial do livro franqueavam as portas a este tipo de literatura, promovendo a sua multiplicação finissecular».⁴²

O aproveitamento de uma certa glorificação dos feitos pretéritos de Portugal é visível no surgimento de Artur Lobo d'Ávila como um dos autores nucleares da primeira fase da editora, ainda designada

no plano dos conteúdos.» José António Gomes, *Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude* (Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1998), 21.

⁴⁰ Ver Rogério Puga, *O Essencial sobre o Romance Histórico* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006). Apesar de não empreender uma visão exaustiva, o autor oferece uma perspetiva suficientemente panorâmica deste género literário em Portugal.

⁴¹ Para uma introdução a este tópico, ver Fernando Cristóvão, coord., *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias* (Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002); e Fernando Cristóvão, coord., *O Olhar do Viajante: Dos Navegadores aos Exploradores* (Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2003).

⁴² Nuno Medeiros, «D'O Recreio à Livraria Romano Torres: Edição para o Grande Consumo no Portugal Contemporâneo» (tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2018), 167.

Empresa Editora «O Recreio». Não é, então, por acaso que o primeiro título deste escritor a sair na Romano Torres, em 1898, é *A Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses: romance histórico*, previamente publicado em folhetim no *Diário de Notícias*, jornal onde fora agraciado com um prémio literário.⁴³ O editor fez questão de mencionar ao leitor que aquela era uma edição comemorativa do IV Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia.⁴⁴ Dois anos depois, demonstrando saber aproveitar oportunidades editoriais, o editor publica novo romance de Lobo d'Ávila, *Os Caramurús: romance histórico da descoberta e independência do Brasil*.

A temática alusiva aos episódios históricos da expansão esmorece rapidamente, diminuindo a sua proporção na lista de edições da Romano Torres. No atinente ao romance histórico, nos decénios iniciais do século xx são as obras de escritores como César da Silva, Eduardo de Noronha e António de Campos Júnior que conhecerão copiosa edição e reimpressão no catálogo da editora. Os títulos destes escritores são sucessos absolutos de venda, obtendo os favores do público. Ainda em 1931, na primeira Feira do Livro organizada sob a égide da Associação de Classe dos Livreiros de Portugal, o romance histórico da Romano Torres prefigura-se como um êxito comercial:

A «SEMANA DO LIVRO» parece que veio despertar o gosto pelo romance histórico. As interessantes obras de Antonio de Campos Junior têm tido uma procura extraordinária, destacando-se as recentes edições das obras «Marquês de Pombal», «Santa pátria», «Pedras que Falam» e «Luiz de Camões».

Também as obras históricas de Eduardo de Noronha e Cesar da Silva marcam igual êxito, especialmente a «Execução dos Tavoras», que ha dias foi posto á venda. Vê-se que o publico deseja aproveitar os descontos da presente semana para adquirir livros apreciáveis.⁴⁵

⁴³ Ver, a propósito da edição deste livro e do contexto em que foi publicado, José-Augusto França, *Lisboa 1898. Estudo de Factos Socioculturais*, 2.^a ed. (Lisboa: Livros Horizonte, 2002).

⁴⁴ Confira-se Artur Lobo d'Ávila, *A Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses: Romance Histórico* (Lisboa: João Romano Torres, 1898). O ano de 1898 foi fecundo na obra de Lobo d'Ávila, vindo a lume a edição na Imprensa Nacional da sua peça *A Descoberta da Índia ou o Reinado de D. Manuel: Drama Histórico em 5 actos*.

⁴⁵ Anónimo, «Grande Êxito na Feira do Livro – Notas interessantes», *Diário de Notícias*, 3 de junho, 1931, 4. Maiúsculas no original.

Os títulos de temática imperial ou, para cingir a análise a um subgénero mais explorado em Portugal, de temática ligada à gesta da expansão como sinonímia de descobrimento, são uma minoria na produção destes autores e também na da editora. É verdade que a comemoração do quarto centenário da primeira viagem marítima à Índia conduziu Campos Júnior a escrever *Guerreiro e Monge*, obra com que o autor, aliás, se estreou na publicação de romances históricos, com a primeira edição em livro a datar de 1899, pela Empresa do Jornal *O Século*. Mas o temário extraeuropeu nos romances históricos que foram saindo na Romano Torres estiolou até ao desvanecimento. A memória da nação aqui não se gerava através do recurso literário ao império, pelo menos como alicerce indispensável.⁴⁶

O caso da Romano Torres é ilustrativo de como mesmo uma editora vocacionada para o romance histórico não reverberou para o catálogo uma produção centrada no império, afastando-se até das oportunidades originadas por um contexto favorável na transição de século. No início do segundo quartel de Novecentos, o tempo das grandes façanhas e o sucesso das descrições mais ou menos romanceadas ou temperadas por um registo de crónica parece ter desaparecido do horizonte, pelo menos do ponto de vista da narrativa enunciada na primeira pessoa, passado que foi o circunstancialismo dos desbravadores oitocentistas. Quanto a estes, mantinha-se de pé uma espécie de microcânone referencial incluindo os mais conhecidos mas só muito tardiamente reeditados Serpa Pinto, em *Como Eu Atravessei África. Do Atlantico ao mar Indico*⁴⁷ (1881, pela editora londrina Sampson Low, Marston, Searle & Rivington), e Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, em *De Benguella ás Terras de Iácca. Descrição de uma viagem na África central e occidental*⁴⁸ (de 1881, pela Imprensa Nacional) e *De Angola á Contra-Costa. Descrição de uma*

⁴⁶ Para uma exploração da problemática em torno da ideia e declinações concretas de memória da nação, ver *A Memória da Nação*, orgs. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991).

⁴⁷ Cujo título completo é *Como Eu Atravessei África. Do Atlantico ao mar Indico, viagem de Benguella á Contra-Costa a-travès regiões desconhecidas: determinações geographicas e estudos ethnographicos*.

⁴⁸ Cujo título completo é *De Benguella ás Terras de Iácca. Descrição de uma viagem na África central e occidental. Compreendendo narrações, aventuras, e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cu-nene, Cu-bango, Lu-ando, Cu-anza e Cu-ango, e de grande parte do curso dos dois ultimos; alem da descoberta dos rios Hamba, Cuali, Sussa e Cu-gbo, e larga noticia sobre as terras de Quiteca, N'bungo, Sosso, Futa, e Iácca*.

*viagem através do continente africano*⁴⁹ (de 1886, também pela Imprensa Nacional). Esta permanência foi sobretudo referencial, não se traduzindo em sucessivas edições. O longo – ou até muito longo – período que mediou entre a edição original e uma reedição destes livros sinaliza eloquentemente o desligamento entre a escrita publicada deste tipo de obras, o mercado da procura e a disponibilidade dos editores para a imprimir e colocar em circulação. A recuperação e a divulgação destes três títulos ficarão verdadeiramente a cargo das Publicações Europa-América, já na segunda metade do século xx, inclusive inserindo-os na sua coleção de bolso, conhecendo então várias edições.

A atuação editorial na abordagem do tema império ou colónia processa-se, então, num terreno comercialmente pantanoso e tematicamente desarticulado das preferências do público. Isto é mais saliente quando se procuram explorar narrativas militares essencialmente assentes na biografia heroicizada. Os universos da preferência indutores de compra assegurada radicam essencialmente no mundo fantasioso da aventura, no rompanete do herói, mas desamarrado das baías do realismo e carregado de um exotismo que acicuta a imaginação. Assim será, pelo menos até à afirmação da ficção científica como género, substituindo o papel da aventura de capa e espada e, sobretudo, baseada no exotismo dos lugares distantes, semeados de pessoas diferentes, animais ferozes, cimitarras, lanças e navios corsários.

Durante boa parte do século xx, a narrativa literária travejada tematicamente no império é, em termos de vendas e oferta editorial de livros, predominantemente consumida pela narrativa deslocada do império português, de que o exemplo mais impressionante será o universo construído pelo italiano Emilio Salgari. Surgindo na chamada era dourada do romance de aventuras oitocentista,⁵⁰ Salgari rapidamente se alçou às posições cimeiras dos escritores cuja obra ergueu desde finais dos

⁴⁹ Cujo título completo é *De Angola á Contra-Costa. Descrição de uma viagem através do continente africano compreendendo narrativas dispersas, aventuras e importantes descobertas entre as quaes figuram a das origens do Lualaba, caminho entre as duas costas, visita ás terras da Garanganja, Katanga e ao curso do Luapula, bem como a descida do Zambeze, do Choa ao oceano.*

⁵⁰ Manuela Rêgo e Miguel Castelo-Branco consideram mesmo o último quartel do século xix «a era por excelência da literatura de aventuras». Manuela Rêgo e Miguel Castelo-Branco, «Antes das Playstations», in *Antes das Playstations: 200 anos do Romance de Aventuras em Portugal*, orgs. Manuela Rêgo e Miguel Castelo-Branco (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003), 79.

século XIX os imaginários de leitores em grande parte da Europa e na América Latina, participando na primeira massificação do livro e beneficiando do processo coetâneo de aparecimento e expansão de novos meios, como a rádio e o cinema.⁵¹ Um dos heróis mais marcantes de Salgari foi o príncipe malaio Sandokan, que pugnava pela reconquista do seu reino numa série de aventuras em que os inimigos eram o império holandês e o império britânico, num tom anticolonial especificamente dirigido ao colonialismo inglês (e suprimindo, de certo modo, outros colonialismos), o que explicará em parte o facto de Salgari não constar como autor publicado em livro na generalidade dos países nórdicos e anglo-saxónicos até muito recentemente, quando começaram finalmente a surgir traduções de algumas das suas obras.⁵² A grande editora responsável pela introdução de forma sistemática e programada da obra salgariana e pela sua divulgação no espaço da língua portuguesa durante várias décadas foi também a Romano Torres.

Secção 2. Afirmação da autoedição e edição de chancela a partir da década de 1920

E, no entanto, o império como motivo vai salpicando o mercado editorial português, com maior frequência a partir da década de 1930. Esta dinâmica, que nunca chegará a surto, encontra-se travejada certamente por lógicas próprias do campo autoral, congraçando escritores filiados numa tradição mais estética ou autores de origens diversas, assim tornados pela necessidade ou pelas oportunidades. Mas este parece ser dos casos em que a atuação dos poderes públicos gerou alguma ressonância num sector que, mau grado nunca ter despontado como região

⁵¹ Para uma introdução ao desenvolvimento da cultura mediática inaugurada com o surgimento e a consolidação de novos suportes mediáticos, ver Jean-Yves Mollier, «Genèse et développement de la culture médiatique du XIX^e au XX^e siècle», in *De l'Écrit à l'Écran. Littératures Populaires: Mutations Génériques, Mutations Transmédiatiques*, org. Jacques Migozzi (Limoges: Presses Universitaires de Limoges, 2000), 27-38.

⁵² Não deixa de ser significativo que o britânico Donald Sassoon, numa obra de alcance quase enciclopédico sobre a cultura dos europeus, proponha a dificilmente defensável tese de que «Salgari tenha fracassado em tornar-se internacionalmente famoso». Donald Sassoon, *The Culture of the Europeans. From 1800 to the Present* (Londres: HarperCollins, 2006), 702. Sintomaticamente, o público norte-americano terá tido o primeiro contacto com a obra deste autor em filme, e não em livro.

denominada e consagradora no contexto intelectual nem ter delimitado um domínio suficientemente sedutor para que nele investisse de modo reiterado e perdurável o lado da oferta editorial. O universo editorial, porém, não se fechou ao apelo do império, marcando a cultura impressa e posta a circular um fundo automeado de literatura colonial.

Já no final dos anos 1920 é possível um vislumbre destes movimentos, ainda hesitantes no modelo a seguir e muitas vezes sediados na ação editorial de uma personagem singular ou dela muito dependentes. Julião Quintinha é o autor em foco na atividade editorial da Editora Portugal-Ultramar, cujo epicentro temporal se situa na transição da década de 1920 para a seguinte. Entre 1928 e 1930, este escritor encontra nesta chancela a oportunidade de publicar inéditos e de republicar obra esgotada. No primeiro caso, sobressaem dois volumes de crônicas versando incursões jornalísticas elaboradas a partir de uma longa viagem de dois anos à então África portuguesa. Ao primeiro volume, saído em 1929, Julião Quintinha batizará com o título *África Misteriosa. Crônicas e impressões duma viagem jornalística nas Colônias da África Portuguesa*. Titula o segundo volume, que sai no mesmo ano, *Oiro Africano. Crônicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa*. Nestes dois livros o tom é literário, procedendo de uma matriz que exotiza o continente africano e discorrendo sobre as suas gentes, sobretudo as nativas, os seus costumes e os seus lugares numa envolvimento quase encantatória de mistério e sedução do civilizado. Sobre o negro, o cunho de interpretação intrinsecamente colonial é patenteado de modo não exaltado, mas também não subtil:

No seu atrevido orgulho, na sua caprichosa criancice, na sua aparente humildade, sempre a dissimulação.

Que pensarão eles do homem branco, da sua terra, da sua civilização?!...

Decerto pensam coisas interessantes que nós ainda não podemos interpretar, rigorosamente.

A sua frente, vincada de odio, outras vezes de indiferença ou ingenuidade, acaba por tornar-se confusa, quasi inexpressiva como enigma cruel.

E nós continuaremos ignorando o primitivo alvor desta raça.⁵³

⁵³ Julião Quintinha, *Oiro Africano. Crônicas e Impressões duma Viagem Jornalística na África Oriental Portuguesa* (Lisboa: Editora Portugal-Ultramar, 1929), 10.

Apesar do nome da editora, os poucos títulos publicados não se debruçam somente sobre o tema colonial ou do império. A publicação em 1929 do volume *Vizinhos do Mar* (terceira edição do título, esgotado anos antes; primeira na Editora Portugal-Ultramar) não estabelece qualquer ligação com dimensões sugeridas pela designação da editora. Mas é uma obra de Julião Quintinha, que também dirigiu o *Jornal da Europa: informação colonial e marítima para Portugal, colónias, ilhas, Brasil e América do Norte*, periódico então impresso pela Editora Portugal-Ultramar a partir de 1927 e que não se prolongou por muito tempo.⁵⁴ O ano de 1930 conhece novo título de Quintinha, desta feita a duas mãos, em conjunto com Francisco Toscano: *A Derrocada do Império Vátua e Mousinho d'Albuquerque*. O catálogo da editora praticamente não contemplou volumes de outro escritor. Na sua curta atividade, que conhece duas fases, a chancela concede apenas espaço a outro diretor do *Jornal da Europa*, Guilherme de Ayala Monteiro. Em 1930 ou 1931 sai do prelo *Conquista do Sertão*, um romance «colonial» de Guilherme de Ayala Monteiro,⁵⁵ que dedica o volume à memória do pai, «que incansavelmente trabalhou pela civilização em terras angolanas, sacrificando-lhes a saúde e a vida, conservando até ao fim a honra e a fé nos destinos dos portugueses em África», e da mãe, «que pelo [...] amôr à terra em que nasceu me fez conhecer Angola».⁵⁶

A atividade desta editorial parece cessar durante cerca de uma década e meia, ressurgindo, embora efemeramente, em meados dos anos 1944,

⁵⁴ A segunda metade do decénio de 1920 assiste a um recrudescimento da presença do tema colonial e do império na esfera impressa, particularmente visível no surgimento de uma série de periódicos, de que o *Boletim da Agência Geral das Colónias* foi a face mais evidente e permanente. Este movimento, de que o *Jornal da Europa* foi pioneiro, integrou ainda publicações como *O Colonial* (1927), *Jornal das Colónias* (1927), *Lusocolonial* (1927), *Expansão Nacional* (1928), *Império Português* (1929), *Informação Colonial* (1929), *Ação Colonial* (1930) ou *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932). Ver Sérgio Neto, «Insularidade, idiossincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português», in *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*, orgs. Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 181-192.

⁵⁵ O autor pretendeu «que o carácter colonial da obra fôsse dado mais pelas pessoas e pela acção do que pelo fácil recurso literário da pintura do ambiente». Guilherme de Ayala Monteiro, *Conquista do Sertão* (Lisboa: Editora Portugal-Ultramar, s/d [1930 ou 1931]), s. p. [13].

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, s. p. [7].

com o livro *Salazar Perante o Mundo. O que pensam e escrevem do chefe do governo português alguns nacionais e estrangeiros*. O volume assinala o «ano XVIII da revolução nacional» e posiciona-se como o «primeiro trabalho»⁵⁷ da editora, assim devolvida à interação com o mercado. Compulsando em perto de uma centena e meia de páginas um conjunto de opiniões altamente favoráveis à figura e ao consulado de Salazar, o livro é justificado pela editora em virtude da «actuação notabilíssima de Salazar como reconstrutor do Império, de 1926 para cá».⁵⁸ No fim do livro anunciam-se obras dedicadas a Salazar e a Carmona, situando bem a posição que a Editora Portugal-Ultramar procura marcar, embora sem consequência temporal. Quanto ao livro em causa, conhecerá duas reedições posteriores, «correctas e aumentadas» com selos editoriais diversos do da primeira edição.⁵⁹ A Editora Portugal-Ultramar, todavia, não conhece mais produção para além do fogacho de 1944.

Em comparação com a relativa escassez do período anterior, os anos 1930 vão conhecer múltiplas iniciativas editoriais de maior ou menor fervor colonialista, denotando, contudo, um ponto comum: a defesa do império e a manutenção dos territórios sob domínio português como direito natural de Portugal e até como expressão elevada de um certo destino coletivo. Frequentemente, o pretexto é a evocação de uma figura cuja associação ao império colonial se torna quase inevitável, assimilável mesmo a uma metáfora do mesmo. Mouzinho de Albuquerque emerge como a personagem contemporânea ou recente de eleição. Assim, e funcionando muitas vezes a partir de conferências que depois se publicavam (traço comum a muitas destas edições), multiplicam-se os volumes isolados e sem inclusão em unidades mais amplas e aglutinadoras. São os casos de *A Epopeia Militar Portuguesa da Última Década do Século XIX e Mousinho de Albuquerque*, de José de Magalhães e Meneses (apresentado como Barão de Villalva e «Funcionário administrativo de Moçambique, aposentado»),⁶⁰ em

⁵⁷ *Salazar Perante o Mundo. O que Pensam e Escrevem do Chefe do Governo Português Alguns Nacionais e Estrangeiros* (Lisboa: Editora Portugal-Ultramar, 1944), s. p. [5].

⁵⁸ *Ibidem*, s. p. [11].

⁵⁹ A segunda edição é de 1954 e a terceira de 1965.

⁶⁰ José de Magalhães e Meneses, *A Epopeia Militar Portuguesa da Última Década do Século XIX e Mousinho de Albuquerque* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935), capa. O autor dedica o livro «À memória sagrada dos Portugueses, que desde os tempos heroicos da descoberta regaram, com o seu sangue generoso, ou consolidaram, com o esforço dos seus braços, da sua inteligência e dos seus corações, a posse

edição da Empresa Nacional de Publicidade (1935), ou de *Elogio Histórico do General Alves Roçadas*, de Álvaro de Castro, em edição da Comissão dos Padrões da Grande Guerra (1936).

É também nos anos 1930 que surge a significativa atuação da lisboeta Editorial Cosmos, não confundível com as Edições Cosmos, de Manuel Rodrigues de Oliveira, surgida na década seguinte. A coleção mais prolongada e mais identificativa desta editora foi indubitavelmente a «Cadernos Coloniais», composta por volumes nas cercanias da meia centena de páginas e pensada para a venda de grande consumo,⁶¹ com edições baratas e por subscrição. Os editores explicam esta estratégia desde o início, informando os leitores de que a «venda de uma publicação como esta, por tão baixo preço, representa um sacrifício feito na intenção de tornar a sua aquisição acessível a toda a gente, para que melhor conhecidas e, conseqüentemente, mais amadas vão sendo pelos portugueses as suas colónias».⁶² O propósito da coleção é também deixado claro no primeiro número da coleção, *Freire de Andrade*, de Eduardo de Noronha, impresso em 1935.⁶³ Escrevem os editores em nota preambular:

Escreveram-se na história colonial portuguesa páginas esmaltadas de épico heroísmo, das mais belas que a humanidade conta.

Conhecem-as os portugueses? Raros apenas. [...]

do colossal império Ultramarino, qua ainda hoje possuímos; e em homenagem de gratidão e de respeito áqueles, que, em nossos dias, têm continuado a obra grandiosa e civilisadora da Raça, marinheiros, soldados, administradores e missionários, dedico este modesto trabalho», 7.

⁶¹ Sobre o conceito de edição de livros para o grande consumo, ver Medeiros, «D'O Recreio...

⁶² Nota dos editores no segundo número da coleção, António Lebre, *África Desconhecida* (Lisboa: Edições Cosmos, s/d [1935]), s. p. A estratégia para a venda alargada plasma-se numa narrativa de extração sacrificial estribada na assunção discursiva de uma motivação para a edição tributária de um espírito de abnegação e entrega. Na contracapa dos derradeiros títulos informa-se o leitor de que os Cadernos Coloniais configuram «uma pequena biblioteca colonial. No intuito de a valorizar, resolveu esta editora mandar fazer capas especiais de percalina. Pelo seu preço, não teve em vista qualquer fim comercial; desejou somente dar um valor bibliográfico à sua coleção».

⁶³ O ano de 1935 é um ano seminal para a Editorial Cosmos, que emerge com pujança na sua produção e posiciona-se em várias frentes, como a dos periódicos, com a publicação de *Actualidade Colonial*, dirigida por João de Almeida Júnior e com edição a cargo de José do Nascimento. Só se editou durante os primeiros meses de 1935.

Pois bem: *Cadernos Coloniais* aparecem para arrancar do olvido ou para não deixar esquecer os feitos e as obras dos homens que, longe da Pátria, pelo génio creador, pelo heroísmo ou pelas virtudes melhor souberam honrar o nome português.

Em alguns dos *Cadernos* serão descritos os mais curiosos usos e costumes dos indígenas. Outros mostrarão os aspectos das colónias mais dignos de menção e outros ainda, a vida da selva com os curiosos hábitos dos animais selvagens.

E isto de modo atraente, e por forma que, na maioria dos casos, se julgue ler aliciante romance de aventuras.⁶⁴

A coleção explora sem surpresa os temas do exotismo e do desconhecido colonial, com particular saliência na temática africana, não enjeitando igualmente as biografias de personagens consideradas fundamentais no empreendimento da política e administração imperial e das façanhas militares e de conquista colonial. Alguns títulos sinalizam de maneira cristalina o posicionamento dos «Cadernos Coloniais», cujos 70 volumes saem entre 1935 e 1941: *África Desconhecida, Ilhas Crioulas, Singularidades de um País Distante, Ninho de Bárbaros, Nos Antípodas, A Ilha dos Homens Nus, Vida, Religião e Morte dos Mandingas, Timor, País de Sol e Volúpia, Paisagens de África, Caleidoscópio Africano*. Alguns dos autores com textos incluídos na coleção são assíduos na temática colonial e do império, marcando presença num conjunto de editoras, sobressaindo nomes como Julião Quintinha ou Gastão Sousa Dias. Mas também se encontram escritores com filiação diversa, inclusive pautada por trajetos de oposição ao salazarismo, como Maria Archer (com seis obras na coleção) ou Fernando de Castro Soromenho. Aliás, o *Álbum das Colónias Portuguesas*, chancelado pela mesma Editorial Cosmos também na década de 1930, agregou entre os seus autores não poucas figuras próximas de um republicanismo pouco favorável ao Estado Novo, o que seguramente complica uma análise exclusivamente dicotómica do campo editorial com uma agenda colonial ou, pelo menos, centrada no império de modo não crítico da expressão colonialista de Portugal. O *Álbum das Colónias Portuguesas* correspondeu a um conjunto de fascículos

⁶⁴ «Os editores», in Eduardo de Noronha, *Freire de Andrade* (Lisboa: Edições Cosmos, s/d [1935]), s. p. Itálicos no original.

que ficou incompleto, cuja direção esteve a cargo de João de Almeida Júnior, também diretor do periódico *Actualidade Colonial*, igualmente da lavra editorial da Cosmos.

Os livros de pendor colonial, exaltando de modo mais efusivo ou discreto a vocação imperial portuguesa, ou remetendo apenas para uma temática de sabor colonial, não se integravam apenas em coleções especializadas nessa temática, encontrando-se assinalavelmente dispersos por chancelas diversas, circulando muitas obras em edição de autor ou não declarada, frequentemente assumida por editoras reconhecidas mas não chancelada por elas, funcionando como depositárias das obras. Este estratagema, usual nas práticas de edição e venda de livros em Portugal durante os séculos XIX e XX, permitia aos autores em autoedição fazer os seus livros circularem com recurso às estruturas de distribuição das editoras ao mesmo tempo que beneficiavam do nome das editoriais, subsumindo esta estratégia um mecanismo simbólico de associação ao reconhecimento de selo editorial. Casos como o de *Timor, Fantasma do Oriente*, do alferes António Metello, não são de modo algum incomuns. Este volume, publicado em 1923, possuía como depositária a Lusitania Editora, Limitada, em Lisboa, surgindo como número dois da coleção «Biblioteca de Acção Nacionalista».

A edição de autor como fórmula recorrente na edição portuguesa⁶⁵ conheceu muitos cultores no sector da edição de literatura colonial ou evocativa do império. Construiu-se, desta forma, um acervo de publicações que se consubstanciou como a única via de aparecimento de certos títulos. E edificaram-se inclusive coleções em edição de autor. Um dos exemplos mais impressionantes foi a «Ao Serviço do Império», coleção que começa por integrar volumes em regime de autoedição, acabando por ser publicada por uma editora com pergaminhos. A Parceria António Maria Pereira é depositária e depois editora desta coleção, com títulos a conhecerem segundas edições noutras casas, como a Livraria Tavares Martins. A «Ao Serviço do Império» corresponde a uma série de vários livros da autoria exclusiva de João

⁶⁵ Com efeito, a «edição sem editor representou uma via de divulgação tipográfica paralela ao universo de canonização impressa engendrado pela figura do editor, facultando, dessa forma, aos autores uma via diferente de consagração. De eficácia variada, a edição de autor terá sido a porta de entrada de um número assinalável de autores no quadro dos publicáveis pelas editoras, marcando mesmo a postura duradoura de alguns escritores» Medeiros, *Edição...*, 279.

de Almeida, general com passagem por funções administrativas na África portuguesa e que combatera os alemães na frente angolana durante a Primeira Guerra Mundial, vindo a assumir-se como personagem de proa no quadrante nacionalista e conservador.

Os livros da série «Ao Serviço do Império» teciam uma narrativa vincadamente encomiástica da situação colonial e fervorosa na proclamação da manutenção patriótica dos territórios ultramarinos,⁶⁶ oscilando entre as poucas dezenas e as largas centenas de páginas. A sua inserção numa lógica de autopublicação levou a que a coleção se espraiasse temporalmente por várias décadas, com hiatos por vezes bastante longos entre um livro e o seguinte,⁶⁷ com os primeiros títulos a virem a lume ainda durante os anos 1910, não obstante tratar-se somente de 11 títulos. Apesar dos saltos temporais que a «Ao Serviço do Império» experimentou, a coleção conhece um fôlego redobrado nos anos 1930, sendo nesta década que é publicada mais de metade dos volumes. Os livros da coleção são, por ordem de edição: *Visão do Crente* (de 1915 ou 1916), *A Questão Ibérica – Nós, os Lusitanos* (1916), *Marrocos, Terra Irredenta de Portugal* (1916), *Em Prol do Comum...* (1931), *O Estado Novo* (1932), *O Espírito da Raça Portuguesa na Sua Expansão Além-Mar* (1931), *Nacionalismo e Estado Novo* (1932), *O Resurgimento Ultramarino: grandeza e romantismo duma geração* (1933), *...Em Proveito da Terra e do Império* (1934),⁶⁸ *Roteiro dos Monumentos*

⁶⁶ Por exemplo, o exuberante registo discursivo utilizado em *Nacionalismo e Estado Novo* é eloquente. O autor declara que «[t]odos os pontos de vista expostos agora derivam assim, naturalmente, desta ideia central e dominante – A IDEIA DO IMPÉRIO – uno e indivisível, no espaço e no tempo, na História, na política e na administração. Cabe dentro dela tudo o que é português, harmonizando-se em todos os elementos constituintes da Nação e do Estado[.] Representa um esforço de coesão e de unificação, para a defesa dos caracteres ancestrais da actividade expansiva duma raça cheia de vitalidade». João Almeida, *Nacionalismo e Estado Novo* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1932), 22. Maiúsculas no original. As palavras que debita aspiram, nas suas palavras, a «contribuir para a criação de um forte ESPÍRITO IMPERIAL, condição indispensável à ACTIVIDADE IMPERIALISTA que preconizo para maior glória de Portugal», 23. Maiúsculas no original. O volume surge como «Separata do n.º 84 do 'Boletim Geral das Colónias'», representando a edição de uma conferência apresentada em Maio de 1932, «a convite das Comissões da União Nacional e Liga do 28 de Maio», s. p. [1].

⁶⁷ O lapso de tempo transcorrido entre o terceiro e o quarto números da coleção é de 15 anos.

⁶⁸ A pesquisa não conseguiu apurar com segurança se este livro chegou mesmo a ser impresso ou se a sua inclusão na lista da coleção «Ao Serviço do Império» não terá correspondido antes a uma expressão volitiva de João de Almeida.

Militares Portugueses (em três volumes, 1945-1947), *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a Sua Evolução Histórica* (1950).⁶⁹ A edição dos números cinco a oito é da Parceria António Maria Pereira, regressando João de Almeida à autoedição nos quatro últimos números da coleção «Ao Serviço do Império». A edição de autor nem sempre terá correspondido a um autofinanciamento, traduzindo por vezes uma opção deliberada do autor-editor. O décimo volume da heteróclita coleção, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, exhibe ostensivamente a indicação «Edição do Autor», informando tratar-se de uma «Publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura».

A julgar pela informação constante dos próprios livros, várias obras ultrapassaram em reimpressões e reedições os dois milhares de exemplares, tendo *O Espírito da Raça Portuguesa na Sua Expansão Além-Mar* superado os 6000 espécimes, cifra que, a ser verdadeira, eleva o livro ao estatuto de *best-seller* meteórico. No ano em que é publicado, 1931, sai também a tradução na língua franca de então, o francês (*L'esprit de la race portugaise dans son expansion outre-mer*), o que pode dever-se ao facto de este livro transcrever uma conferência realizada pelo autor na Sociedade de Geografia de Paris. João de Almeida aproveita esta conferência para explanar a teoria com a qual procura fundamentar a suposta inclinação do povo português para a descoberta e a constituição imperial. A ousadia, para ser eufemístico, da tese apresentada talvez possa ter contribuído para o autopropalado êxito do livro que resultou da preleção. Diz o autor, que a:

vocação expansiva dos portugueses não foi, com efeito, como tantos por algum tempo julgaram, uma atitude de momento que as circunstâncias provocaram e a boa sorte prolongou.

Há antecedentes que a explicam. Tem raízes no tempo, que importa descarnar e pôr bem à vista para que se compreenda de frissante maneira como são remotas as tendências que levaram os portugueses, através dos mares, à busca das novas terras, das novas gentes [...]. Recuaremos, pois, numa visão rápida, aos tempos longínquos

⁶⁹ Este volume, numerado como o décimo primeiro (e último) da coleção, possui um *Apenso a O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a Sua Evolução Histórica*, de 1951, contendo uma «Relação das estações arqueológicas pré-históricas do continente».

em que surgem através das neblinas, os primeiros indícios da vocação ecuménica de Portugal, antes de ser Portugal, e dos portugueses, antes de serem portugueses...⁷⁰

Na sequência deste raciocínio, acrescenta que:

[...] [q]uando muitos anos depois da aparição do homem à superfície da terra, a Atlantida se começou a submergir, os seus habitantes espavoridos e aterrados com a violência dos fenómenos sísmicos e com a invasão lenta das águas, fugiram para o oriente [...]. Êsses habitantes ainda hoje representados em Traz-os-Montes e na Beira [...], onde acantonaram refluídos sob a pressão de outros povos imigrantes, fugindo à mestiçagem, são no fundo os autoctones da população portuguesa, da *raça lusitana*, originária do Homo-Atlanticus, primeiros povoadores dessa misteriosa Atlantida.⁷¹

A elucubração conduz João de Almeida a uma conclusão que lhe parece inexorável: «a base autoctone, lusitana, da população portuguesa, nostálgica e marinheira, leva-nos à compreensão do alôr que nos arrastou, mais tarde, ao desenvolvimento das novas estradas marítimas – ao descobrimento da terra».⁷² Esta tese é recuperada e aprofundada em *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a Sua Evolução Histórica*.

«Ao Serviço do Império» ilustra como a variedade de caminhos para a consecução de obra editada e colocada ao abrigo federador de uma coleção não se pauta inelutavelmente por um processo linear, podendo contemplar discrepâncias temporais mais ou menos dilatadas, bem como surgir com o selo de mais do que uma editora, alternando até regimes de edição (autoedição e edição chancelada), seguindo as determinações, intuítos e circunstâncias (nem sempre evidentes, eventualmente volúveis) do seu conceptor, aqui encarnado pela *persona* do próprio escritor.

Por outro lado, a edição de autor também se inscreveu noutro desiderato, traduzindo uma política de editar para apurar o produto

⁷⁰ João Almeida, *O Espírito da Raça Portuguesa na Sua Expansão Além-Mar* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1931), 5.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, 7-8.

⁷² Idem, *Ibidem*, 9.

da venda dos exemplares com vista ao financiamento de monumentos a personalidades do mundo colonial. Servia, assim, um duplo fim. Se, por um lado, se materializa no quadro da cultura impressa a disseminação de um conjunto de ideias ou de propostas sobre o império ou sobre alguma das personagens consideradas relevantes na consecução do colonialismo português, por outro, na medida em que a edição de autor supõe uma liberdade maior de determinação, procura suscitar-se a transformação do investimento em retorno, na expectativa de obtenção de lucro que seja canalizável para a concretização de um projeto de homenagem. Este fenómeno sublinha o tributo como premissa essencial de larga parcela da edição em torno do império, que se verificou em várias ocasiões de tal maneira vincado que se enlaçava fortemente num programa que extravasava o ato editorial em si, tornando-o engrenagem de um mecanismo de celebração mais vasto e pluridimensional.

Para funcionar, o esquema tem de ser publicitado no livro a que se associa. Por isso, Mateus Moreno, capitão do exército, ao publicar em 1937 em edição de autor a obra *Figuras Coloniais. General Henrique de Carvalho: «benemérito da pátria»*, trata à cabeça de avisar o leitor de que o «produto líquido da venda deste opúsculo é destinado à subscrição para o monumento a erigir na capital da Lunda ao General Henrique de Carvalho».⁷³ Nomes mais conhecidos e com maior circulação pelos circuitos da literatura colonial também não renegaram esta prática. Quando em 1948, «no Tricentenário da Restauração de ANGOLA»,⁷⁴ Gastão Sousa Dias faz sair em autoedição sob a capa de uma edição institucional (Liga dos Amigos de Silva Porto) o volume *Silva Porto. Crónicas angolanas*, defende que se erija um monumento a Silva Porto em Angola, na capital do Bié, personagem central no que considera ter sido a pacificação do sertão angolano e cujo nome Sousa Dias diz que reclama «a consagração do mármore ou do bronze».⁷⁵ Lá consta,

⁷³ Mateus Moreno, *Figuras Coloniais. General Henrique de Carvalho: «benemérito da pátria»* (s/ed. [impressão Tipografia Vouga]: Sá da Bandeira, 1937), s. p. [2]. O volume corresponde à edição de uma conferência proferida em sessão de homenagem à memória do mencionado general, realizada em Dezembro de 1933, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

⁷⁴ Gastão Sousa Dias, *Silva Porto. Crónicas angolanas* (Vila Nova de Famalicão: Liga dos Amigos de Silva Porto, 1948), contracapa. Maiúsculas no original.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, 65.

na contracapa do livro, a menção: «O produto desta obra reverte em benefício da construção do Monumento de SILVA PORTO.»⁷⁶

O livro de timbre colonial não é assacável, no entanto, somente a um certo tipo de edição. Regressando à edição de chancela, o universo editorial apresenta-se com matizes, numa diferenciação interna em que até a aposição de termos como «colonial» ou «império» na designação formal da chancela não correspondia necessariamente a um programa monopolizado pelo temário colonial. A interpolação com outros temas não era rara. Este dado é evidente em casas como a Editora Marítimo-Colonial, também grafada Editora Marítimo Colonial. Tirocinando no universo do livro em 1944, a editorial enceta o seu plano de edição com um ritmo auspicioso, publicando ainda no primeiro ano de atividade obras abarcando diversos temas, sobressaindo o império e a temática marítima ou náutica, embora ainda sem muito destaque relativamente a outros tópicos. A ligeira e efémera indefinição inicial cede rapidamente o passo à articulação entre os temas coloniais e os de índole marítima. Lá está o inevitável acrescento de heroicidade e em tom de epopeia e martírio à história trágico-marítima, a sublinhar a vetusta experiência dos portugueses no mar, de que se podem destacar títulos como *Agonia de um Herói: a derradeira viagem do «Adamastor»* (1945), de Jaime de Sousa, comandante da marinha e antigo ministro das colónias.

Mas surgem igualmente livros de amplitude diversa, inscritos na outra componente matricial da editora, frequentemente sem que se fizesse uma conexão absoluta ao tema colonial, caso de *Ao Serviço da Pátria: A Marinha Mercante Portuguesa na Primeira Grande Guerra* (1944), de Costa Júnior. A Editora Marítimo-Colonial dá palco impresso aos discursos que promovem a vocação marítima portuguesa, estabelecendo elos de ligação entre estas temáticas, frequentemente ilustradas pelos trabalhos incidindo sobre a navegação e a armada, de jaez estratégico-militar ou histórico, mas sempre legitimista. É o que sucede com vários livros de Maurício de Oliveira, como *Os Navios do Ultimato* (1946), integrado numa coleção chamada «Navios Desaparecidos», ou como *Em Defesa de uma Política Naval* (1960). É ainda o que se passa com títulos como o de Gago Coutinho, *A Minha Viagem na Barca «Foz do Douro» do Brasil a Portugal e algumas reflexões náuticas*, que a editora

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, contracapa. Maiúsculas no original.

publicou em 1945 em acordo com a Sociedade de Geografia de Lisboa, tratando-se de uma separata do boletim daquela agremiação.

A editora não abdicou de singrar no universo da exotização, lançando livros de crónicas sobre os territórios coloniais, envolvendo descrições emparceiradas com a proclamação da missão civilizadora do expansionismo português. Tome-se o livro de crónicas de Norberto Lopes, *Terra Ardente: Narrativas da Guiné*, saído do prelo em 1947. Logo a abrir, o autor efabula sobre o sortilégio africano da Guiné e de como a sua envolvência convocou a alma colonizadora portuguesa. «Foi nesse apelo, vindo da noite dos tempos e do destino imperativo da raça, construtora de novos mundos, que levou um marinheiro ilustre, o comandante Sarmento Rodrigues, a aceitar o governo da Colónia. Ele disse um dia: ‘Foi aqui, na Guiné, que primeiro se empreendeu a transplantação da nacionalidade para outros climas e outros espíritos’[,] [...] síntese admirável de uma obra colonizadora que, acima do seu aspecto material, se impõe sempre pela humanidade dos processos e pela nobreza das intenções.»⁷⁷ A Editora Marítimo-Colonial não foge, pois, dos temas intrinsecamente coloniais, editando volumes dedicados até à exploração de propostas e metodologias de colonização. *Colonização: um problema nacional*, de Genipro de Eça d’Almeida, um coronel reformado, pode consubstanciar-se como epítome deste género. Este livro saído em 1945 procura fundamentar a ideia de que a administração dos problemas e dos desafios do território português deve ser ponderada sob a óptica de uma gestão que integre metrópole e colónias, pressupondo uma perspetiva global e uma espécie de engenharia política forjada na circulação entre os territórios sob a administração portuguesa.

Sobrevém ainda uma tipologia de edição com respaldo colonial de âmbito missionário, retomando numa dimensão impressa uma longa tradição de ligação entre exploração e dominação colonial e campanha de missionação cristã, com destaque particular já no século xx para o desígnio da civilização e cristianização através do designado ensino indígena.⁷⁸ O desígnio de evangelização foi também o substrato que

⁷⁷ Norberto Lopes, «Nota de abertura», in *Terra Ardente: Narrativas da Guiné* (Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1947), 8.

⁷⁸ Sobre este tópico, ver Lino Tanga, «*O Ensino Indígena em Angola e o Papel dos Missionários*» (dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2012).

animou uma atividade de produção e circulação impressa com um lastro radicado nas tradições de constituição de conjuntos bibliográficos convertíveis em instrumentação educativa e pedagógica no âmbito dos projetos imperiais, já que um «dos eixos essenciais dos projetos missionários consistia na necessidade de despoletar um vasto processo de educação das populações africanas que pudesse contribuir de modo decisivo para a sua elevação espiritual e social»,⁷⁹ no qual os intuítos de reequilíbrio das relações sociais no seio das colónias se acabavam por encontrar associados ou envolvidos no estreito entrelaçamento entre política de domesticação civilizadora, objetivos de administração dos territórios coloniais e regulação da exploração do trabalho indígena como base de um sistema económico baseado na subordinação e no extrativismo.⁸⁰

O panorama português de edição de livros com conteúdo colonial ao longo de grande parte do século XX não foi apenas pautado pela intervenção da Igreja Católica. O cristianismo protestante também constituiu uma fonte editorial de assinalável presença,⁸¹ na qual a componente de livros traduzidos assumiu uma quota relevante, até mais do que na literatura colonial de timbre não religioso (muito mais dependente de autores e temas nacionais, apostando escassamente na tradução de obras estrangeiras sobre o império e o colonial). Um dos casos mais ilustrativos é o do Centro de Cooperação Cristã, que no

⁷⁹ Miguel Bandeira Jerónimo, «Os missionários do alfabeto nas colónias portuguesas (1880-1930)», in *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, org.. Diogo Ramada Curto (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006), 48.

⁸⁰ Sobre esta conjunção de elementos como respaldo de um sistema colonial que se soube preservar, ver Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras. A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010).

⁸¹ A presença das missões protestantes nos territórios coloniais portugueses não deixou de se fazer sentir ao longo do salazarismo. Segundo António Matos Ferreira, o Acordo Missionário de 1940 secundarizava as missões ligadas ao protestantismo religioso, mas não as anulou. As missões das igrejas protestantes, aliás, prosseguiram no empreendimento de «valorização das populações indígenas, procurando que esse trabalho missionário respondesse também ao projecto de portugalidade que a política colonial portuguesa assumia na época». António Matos Ferreira, «Cristianismo e espaço ultramarino: igrejas e correntes religiosas em face do império e da descolonização», in *História da Expansão Portuguesa*, orgs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)* (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 393.

primeiro lustro dos anos 1940 (mais especificamente em 1940 e em 1944) fez sair a «Colecção África». Este conjunto de pequenos livros e com muito poucas páginas (raramente ultrapassando as 15), propunha-se educar em tom indisfarçável de missionação e socialização cristã os indígenas das colónias, recorrendo a um registo que os procurava instruir e catequizar. Saliente-se que o recurso à produção e circulação de livros e opúsculos para aproximar os africanos indígenas da fé e da prática católica não parece ser uma preocupação da agenda cristã protestante. A estratégia de traduzir para línguas locais cânticos, orações e elementos da liturgia católica já se faziam havia muito.⁸² A «Coleção África» faz-se maioritariamente de títulos como *A Família de Deus no Mundo*, *Terra de Jesus*, *Pioneiras Africanas*, *A Vida num Lar Cristão*, *Orações da Manhã e da Tarde* ou *Pioneiras*, todos de autores anglo-saxónicos, alguns deles apresentados nos livros como missionários.

De intuito abertamente evangelizador e até civilizador, vários dos livros de que se compõe a coleção advogavam o fim de certas práticas, consideradas primitivas ou em contradição com a prática cristã. O ângulo religioso, como plataforma de progressão, é omnipresente, mas sempre a partir da lente cristã. O terceiro volume da «Coleção África», intitulado *Que É o Islamismo*, é exemplar neste domínio. Apresentado como uma «[c]lara e útil descrição desta religião, que está invadindo o Império Português»,⁸³ o livro não é uma descrição neutra, muito menos apologética, da religião islâmica, antes elaborando um discurso que, sob a capa da apresentação descritiva de um culto, é essencialmente uma peça supremacista. Termina em tom sentencioso: «nós ousamos dizer que a irmandade cristã é muito mais vasta e profunda em sacrifício e amor do que a do Islame, e não só maior mas *mais forte*».⁸⁴

Embora os textos da «Coleção África» possuíssem um registo de inscrição claramente religiosa, as preocupações didáticas também estiveram presentes. O primeiro número da coleção, *Serões na Cubata*,

⁸² Ver, por exemplo, o *Livro de Cânticos Religiosos em Português e Shironga para Uso das Missões Católicas Portuguesas ao Sul da Colónia de Moçambique*, coordenado e editado pelo padre Maximiano Rafael Baptista e que em 1927 atingia a segunda edição, em impressão da Tipografia da Missão de Sam-José de Lhanguene, de Lourenço Marques.

⁸³ Constance E. Padwick e E. M. Mitchell, *Que É o Islamismo* (Lisboa: Centro de Cooperação Cristã, 1940), 48.

⁸⁴ Idem, *Ibidem*, 48. Itálico no original.

de Jean K. Mackenzie, é apresentado como uma «[i]nteressante colecção de fábulas com fins de educação higiénica».⁸⁵ Um dos recursos narrativos para atingir o propósito desta colecção foi o de ficcionar o contacto de membros de uma aldeia ou comunidade com familiares mais urbanizados ou mais instruídos, que lhes iam indicando formas de lidar com o quotidiano, sempre com a fé como pano de fundo. É o caso do livro *As Visitas de Mone Fe*, sugestivamente subtornado *Novos meios de vida* (associados à produção agrícola e pecuária).⁸⁶ Como os outros da «Colecção África», este livro não tinha qualquer ilustração, o que embaratecia o seu preço. Ao contrário da maioria dos outros números da colecção, porém, a contracapa deste volume compõe-se de duas gravuras, correspondendo a uma mãe negra a alimentar o seu bebé, titulada da seguinte maneira: «Alimentando o bebé antes e depois de começarem a aparecer os dentes».⁸⁷ A mulher representada seria a esposa de Mone Fe, negro habitando numa aldeia da África oriental portuguesa, num aportuguesamento editorial.

É igualmente o caso de *As Crianças Fazem Guerra aos Inimigos da Saúde*, livro contendo gravuras em duas páginas. Trata-se de um livro escrito sob a forma de conto pedagógico, «[s]obre notas do Dr. Albert D. Helser».⁸⁸ Em tonalidade menos criativa literariamente, aparecem volumes como *O Trabalho da Mulher na Sua Casa*, «[s]obre notas de L. H. Garriock»,⁸⁹ ostentando na capa uma negra a preparar um cozinhado numa fogueira. Um outro caso deste tipo de texto mais pedagógico, *Os Frutos da Terra*, termina com um pequeno capítulo, nomeado «A vida boa». A forma como este capítulo é fechado é todo um programa: «O homem ouve melhor a voz de Deus nos campos, perto do vento, da luz do sol, da chuva [...]. O Africano que deixa os campos pela cidade perde as vantagens da vida dos campos, é prejudicado como tem acontecido a muitos brancos.»⁹⁰

⁸⁵ Idem, *Ibidem*, publicidade na contracapa.

⁸⁶ *As Visitas de Mone Fe. Novos meios de vida* (Lisboa: Centro de Cooperação Cristã, 1944).

⁸⁷ *Ibidem*, contracapa.

⁸⁸ Capa de *As Crianças Fazem Guerra aos Inimigos da Saúde* (Lisboa: Centro de Cooperação Cristã, 1944).

⁸⁹ Capa de *O Trabalho da Mulher na Sua Casa* (Lisboa: Centro de Cooperação Cristã, 1944).

⁹⁰ T. W. Harrison, *Os Frutos da Terra* (Lisboa: Centro de Cooperação Cristã, 1944), 15.

Secção 3. Na ação do Estado, provocar literatura: a Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar e o prémio como sementeira

Em 1927 José Osório de Oliveira reiterava no *Boletim da Agência Geral das Colónias* um «brado contra a falta de literatura colonial portuguesa».⁹¹ Tratava-se, no entender do então escritor e chefe de gabinete do governador-geral de Cabo Verde, de «constatar a quase completa inexistência, entre nós, de literatura colonial, salientando a abundância dessa literatura em França e apontando o papel que ela podia ter em Portugal».⁹² Nas páginas do boletim oficial do organismo público incumbido de gerir a questão colonial fazia-se eco de uma das preocupações que conduziram justamente à criação de instrumentos de intervenção direta do Estado no esforço global de inscrição da vocação colonial como traço basilar de uma identidade nacional Portuguesa. No ano anterior, Carlos Selvagem aí abordara com veemência um problema «vasto» e «palpitante», consistindo na «inexistência duma literatura portuguesa de ambiente exótico como sintoma flagrante da nossa decadência de Nação colonizadora».⁹³ Inventariando o que entendia ser o «bem magro» acervo de títulos incidindo na «nossa literatura de ambiente exótico»,⁹⁴ Carlos Selvagem destacara então «a inexistência e a necessidade dum género

⁹¹ José Osório de Oliveira, «Literatura colonial», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano III, n.º 20 (1927): 26-27.

⁹² Idem, *Ibidem*, 27. Para o autor esta constatação remetia para um paradoxo, cuja causa assumia ser-lhe misteriosa. «Com efeito, uma raça que, primeiro do que nenhuma outra, descobriu os mundos novos e neles se instalou, vivendo há séculos uma vida de aventuras e de exotismo e que não produziu, até hoje, um único romance sobre a vida do mar ou sobre as terras estranhas, constitui um caso literário tão singular que só a psicologia social o pode esclarecer», 27.

⁹³ Carlos Selvagem, «Literatura portuguesa de ambiente exótico», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano II, n.º 8 (1926): 3. O texto reproduz uma conferência originalmente proferida em 18 de junho de 1925, na União Intelectual Portuguesa.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*, 4. O autor refere um conjunto reduzido de nomes como esgotando a literatura «em língua portuguesa» produzida sobre este tópico: Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, Serpa Pinto, Mouzinho de Albuquerque, António Enes, Wenceslau de Moraes, Osório de Castro, Brito Camacho, Augusto Casimiro, Teixeira de Vasconcelos, Leote do Rego, Brás de Oliveira e Norberto Lopes, 4.

de literatura que, pela imaginação e pelo sentimento, estimulasse e deslumbrasse as curiosidades e o espírito de aventura da massa gregária da nação, assim a interessando apaixonadamente nesse problema vital da nacionalidade».⁹⁵

A política de afirmação de um regime ainda em formação, e que ainda no último lustro dos anos 1920 buscava uma definição, não podia deixar de se fundar numa matriz transcontinental, sedimentada na projeção doutrinária de uma missão de Portugal no mundo enquanto entidade política, histórica e social imbuída de missão colonizadora. A AGC é instituída em 1924, surgindo como organismo «cujas atribuições seriam especialmente de procuradoria das colónias e de informações, em contacto directo com o público».⁹⁶ O redesenho da relação com as colónias, mantendo traços de continuidade com a dinâmica que se imprimira no período da I República, prosseguia a sua marcha, institucionalizando pontos culminantes como o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, de 1933, mas sobretudo como o Acto Colonial de 1930. Este documento, que antecedeu a própria constitucionalização do Estado Novo e no qual se plasmava a óptica de um país pluricontinental territorialmente integrado, matricialmente inviolável nessa integridade vincava uma concepção de nação pautada por uma missão civilizadora e propensa a realizar-se através de um atributo colonizador apresentado como histórico, mediante o qual se proclamava a natureza imperialista de Portugal e se instituíu o uso formal da designação Império Colonial Português.⁹⁷

⁹⁵ Idem, *Ibidem*, 4.

⁹⁶ Preâmbulo do Diploma Legislativo Colonial n.º 43, de 30 de setembro de 1924.

⁹⁷ Para uma exploração mais pormenorizada deste processo de institucionalização e mesmo constitucionalização colonial como averbamento axial da definição nacionalista portuguesa (de aspiração nacionalizadora das colónias e da sua gestão centralizada) entre meados da década de 1920 e o primeiro terço da década de 1930, ver Valentim Alexandre, «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo», *Análise Social*, XXVIII, n.º 123-124 (1993): 1117-1136; Yves Léonard, «O império colonial salazarista», in *História da Expansão Portuguesa*, orgs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)* (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 10-30; e António Duarte Silva, *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (C. 1914-1974)* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2018).

Alçado à chefia do governo, António de Oliveira Salazar sanciona sem reboço este posicionamento. Por exemplo, na Conferência do Império Colonial, em 1933, o ditador defende um nacionalismo que denomina «intransigente mas equilibrado», explicando que «simplifica a solução dos problemas no Mundo, aproveitando o quadro natural da divisão em nações».⁹⁸ Afirma que «[t]al qual como o Minho ou a Beira, é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e política, e desejamos caminhar para uma unidade económica, tanto quanto possível completa e perfeita».⁹⁹ Na enumeração do trabalho a realizar em termos de política colonial, assume que, «por cima de tudo, porque mais alto e mais belo, devemos organizar, cada vez mais eficazmente e melhor, a protecção das raças inferiores, cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa».¹⁰⁰

Estatuindo a propaganda como uma das quatro secções estruturantes da AGC, é outorgada *ab initio* uma centralidade à componente publicações. A inscrição no mundo editorial será uma marca de água da ação do novo organismo. O desígnio prescritivo manifesta-se desde logo, ainda antes do advento da ditadura, o que redundava numa necessidade de atuar em várias frentes com o claro intuito de intervir junto das dinâmicas produtivas do universo impresso, com o livro à cabeça. Para o regime estabelecido em 5 de outubro de 1910 – aquele em que se constituíra a AGC – havia cristalina evidência da necessidade de espezivar o campo e suscitar o assomo de literatura de jaez colonial. Em janeiro de 1926 era publicada a Portaria número 4565, que determinava as condições para a realização de um concurso anual de literatura colonial. Um dos pressupostos residia na necessidade de caucionar a relevância dos assuntos coloniais e despertar as mentes para a sua receção, ao mesmo tempo que se incentivava um género de

⁹⁸ António Oliveira Salazar, «A posição portuguesa perante o mundo é a dum nacionalismo intransigente mas equilibrado», in *Conferencia do Império Colonial. Discursos pronunciados pelos srs. Presidente do Conselho e Ministro das Colónias* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1933), 7. Este discurso é republicado em volume integrado na colecção «Biblioteca Colonial Portuguesa», da Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias em 1934, com o título *Conferência dos Governadores Coloniais. Discursos e entrevistas*.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, 8.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, 9.

literatura «muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa».¹⁰¹

O desiderato correspondia a uma intervenção que ultrapassava a produção, pretendendo animar a capacidade de uma obra ser editada e poder circular com base em certo tipo de predicados. Ou não estabelecesse o parágrafo segundo do artigo sexto que em «caso de alguma destas obras ser premiada, o respectivo prémio só será entregue ao seu autor depois da obra publicada».¹⁰² O concurso literário erige-se como instrumento prescritivo e de promoção não somente no domínio autoral literário, mas também e veementemente na esfera editorial. É no campo do livro, como formulação lata – e seguramente extravasando o universo mais restrito dos escritores – que o prémio procura e deseja inscrever-se como participante ativo.¹⁰³ Promovido anualmente de forma praticamente ininterrupta entre 1926 e 1951,¹⁰⁴ o concurso de literatura colonial portuguesa não se realiza em 1952 e 1953, sofrendo alterações em 1954, altura em que são criados quatro prémios,¹⁰⁵ fixando-se um modelo que vigorará com muito poucas modificações até 1974.

¹⁰¹ Preâmbulo da Portaria n.º 4565, de 12 de janeiro de 1926.

¹⁰² *Ibidem*, artigo 6.º, § 2.

¹⁰³ Sobre a lógica social do prémio literário e as suas implicações, ver Pascal Fouché, «L'édition littéraire, 1914-1950», em *Histoire de l'Édition Française*, dirs. Roger Chartier e Henri-Jean Martin, vol. 4, *Le Livre Concurrencé: 1900-1950* (Paris: Promodis e Fayard, 1991), 210-258; e Nuno Medeiros, «Acções prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 85 (2009): 131-146.

¹⁰⁴ Com apenas uma interrupção, em 1932, ano em que não se realizou o concurso. Neste ano, que representa a ascensão do Estado Novo, que se constitucionalizará no ano seguinte, o regulamento do prémio sofre uma primeira alteração, sendo definidas três categorias, divididas pelas áreas genéricas da ficção (romance, novela, conto), da biografia, viagens, etnografia e história, e da «literatura científica» colonial, categoria eivada de ambiguidade, que tornou bastante difícil ao júri a tarefa de premiação. Entre 1933 e 1951, durante as 18 edições em que vigorou o modelo tripartido, só por cinco vezes foi atribuído o prémio. Em 1946 não houve lugar a atribuição de prémios. Confirma-se José Lima Garcia, «Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial: o concurso da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926-1974)», in *Estados Autoritários e Totalitários e Suas Representações*, orgs. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 131-143.

¹⁰⁵ Nesta altura o prémio é atribuído no quadro do Concurso de Literatura Ultramarina, incorporando os seguintes prémios, agora batizados com o nome de patronos: Prémio Camilo Pessanha (poesia), Prémio Frei João dos Santos (ensaio), Prémio Fernão Mendes Pinto (novelística) e Prémio João de Barros (história). Confirma-se Portaria n.º 14 691, de 4 de janeiro de 1954, artigo 8.º A este quarteto é acrescentada

Apesar de o não declarar explicitamente, este concurso não aspirava apenas a constituir-se como elemento consagrador, procurando igualmente concretizar – ou respaldar uma dinâmica suscetível de projetar – na cultura impressa uma imaginação literária e imagético-referencial do império e do mundo colonial. O destinatário é, antes de mais, o leitor, considerado pouco ou nada desperto para os temas coloniais. Para o *Boletim da Agência Geral das Colónias* a iniciativa de criar um Concurso de Literatura Colonial – no âmbito das atividades deste organismo público – deriva da urgente necessidade de «interessar a maioria, especialmente a mocidade, os que lêem, os que sentem ânsia de saber, no conhecimento do valor, do que podem vir a ser e são as nossas colónias».¹⁰⁶ Além disso, o programa não deixava de se preocupar com a circulação e disseminação que poderia e deveria decorrer da atribuição dos prémios, concedendo atenção – pelo menos no plano das intenções – a aspetos mais incidentes na divulgação dos livros e na garantia de procura dos exemplares. Segundo o periódico:

Estes prémios constituem, já de si, um incentivo e uma garantia de que os trabalhos de mérito dos escritores portugueses não serão relegados a um criminoso abandono, antes serão acolhidos com o carinho que merecem tôdos os esforços úteis no intuito de continuar a propaganda das Colónias Portuguesas, iniciada pela Agência Geral das Colónias com êxito positivo.

A Agência não limitou a sua protecção à literatura colonial, aos prémios pecuniários, pois vai mais longe, procurando, com fundadas esperanças, que o Ministério da Instrução insira no seu orçamento uma verba destinada a adquirir um mínimo de 500 ou possivelmente 1000 exemplares das obras premiadas e que serão distribuídas pelas diferentes escolas e estabelecimentos de ensino público, para serem oferecidos como prémios aos alunos.

A difusão da obra será a garantia de que o trabalho dos literatos portugueses será lido e utilizado como instrumento de propaganda da

em 1969 uma quinta modalidade, incidindo na reportagem, o Prémio Pêro Vaz de Caminha. Confira-se Portaria n.º 24 013, de 3 de abril de 1969. Entretanto, em 1960, fora materializada a instituição do Prémio Dom João II, a atribuir a estudos sobre a unidade nacional. Confira-se Portaria n.º 17 676, de 15 de abril de 1960.

¹⁰⁶ «Concurso de Literatura Colonial», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano II, n.º 7 (1926): 169.

nossa acção colonial e dá-nos a convicção de que os nossos direitos de povo descobridor e colonizador serão mantidos na mente das gerações modernas, das gerações de amanhã.¹⁰⁷

Do ponto de vista dos autores, o intuito não é tanto premiar como suscitar livros ou, para recorrer à expressão do então agente-geral das colónias, Armando Zuzarte Cortesão, provocá-los. O objetivo é postulado com clareza por Cortesão em 1931: «[n]ingém poderá dizer que a semente lançada pela Agência não tenha caído em boa terra e não vá dando belas searas. [...] [S]ão 44 obras as que os cinco concursos de Literatura Colonial já provocaram. A pouco e pouco, com persistência e continuidade, vai-se exercendo uma vasta e poderosa obra de propaganda que muito contribui para que se crie em Portugal aquela mentalidade colonial que até aqui tem andado restrita a uma pequena minoria».¹⁰⁸ Não é por acaso que nesse mesmo ano é proposto um aumento significativo do montante pecuniário dos prémios, crescendo para o dobro os dois primeiros prémios (de 5000\$00 para 10 000\$00 o primeiro e de 2500\$00 para 5000\$00 o segundo) e criando-se um terceiro prémio com valor de 2500\$00. A reformulação do regulamento ocorrida em 1954 sobe a cifra dos prémios para 10 000\$00 (para as modalidades de poesia, ensaio e novelística) e 15 000\$00 (para a modalidade de história).

Entre os prémios promovidos por instâncias do Estado Novo destinados a galardoar obras e a captar ou originar no mundo autoral fileiras para ocupação de posições dominantes contra-hegemónicas no sector da edição e mais latamente da literatura, incluindo a não-ficção, os concursos de literatura colonial com o selo da AGC e posteriormente, a partir de 1951, da AGU, divisam-se como dos que menos sofreram interrupções, denotando uma resiliência rara na prossecução de uma postura de intervenção direta no universo do livro. Ao longo da sua existência, foram atribuídos prémios a cerca de 130 obras.¹⁰⁹

¹⁰⁷ *Ibidem*, 171.

¹⁰⁸ Armando Zuzarte Cortesão, «Quinto concurso de literatura colonial», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano VI, n.º 70 (1931): 161.

¹⁰⁹ Alguns autores posicionaram-se como galardoados frequentes. António Carreira e Henrique Galvão foram os premiados em mais ocasiões (quatro). Alexandre Lobato, Augusto Casimiro, Castro Soromenho, Ferreira da Costa, Gastão Sousa Dias, José Ferreira Martins e Julião Quintinha surgem cada um com três prémios conquistados.

Quando comparada esta atuação com a atividade – ou a sua inconsistência ou ausência – de outros organismos centrais da ditadura em termos de uma relação com o mercado editorial e com o campo dos autores,¹¹⁰ toma forma a capacidade invulgar que o organismo de enquadramento e de propaganda na relação com as – e na representação das – colônias demonstrou de corporizar política através do instrumento prêmio literário.

Evidentemente, o reconhecimento desta permanência não se pode desamarrear de uma análise que inclua as lógicas patentes nas escolhas do júri e sobretudo a forma como os veredictos se faziam acompanhar de uma estratégia de comunicação e divulgação decorrente da própria inserção social de muitos dos premiados. Segundo Flávia Rodrigues, as escolhas do júri dos concursos, «alimentavam e se alimentavam do nível de popularidade dos autores vencedores, que não só eram portugueses com poder de intervenção social, que se dirigiam ao grande público, por exemplo, através de frequentes artigos publicados em jornais de diferentes épocas, como eram profissionais já famosos em seus diferentes campos de atuação, tanto na metrópole quanto nas colônias».¹¹¹ Esta inserção social e territorial dos galardoados sugere que o público primordial cuja sede de leitura se procurava despertar não fosse somente um conjunto anónimo de putativos leitores desligados do mundo colonial e das suas referências, apesar de constar como alvo perene num discurso em que se propalava a necessidade de uma didática da natureza colonial de Portugal e do território humano e geográfico inscrito nessa natureza. Um dos públicos essenciais à sobrevivência do projeto global da premiação e circulação do eco dessa premiação possuía afinal alguma homologia com os galardoados, o que permite à autora defender um pouco temerariamente que «o público que comprava e lia as obras

Com duas atribuições ficaram Amândio César, António Navarro, António Pires, Eduardo dos Santos, Emílio de San-Bruno, Fausto Duarte, Geraldo Bessa Victor, Guilhermina de Azeredo, José Redinha, Luís Feliciano dos Santos, Luís Silveira, Manuel Lopes, Nuno Miranda, Ralph Delgado, Rodrigues Júnior e Ruy Cinatti.

¹¹⁰ Sobre a tensa relação do Estado Novo com o mundo editorial e autoral e a incapacidade que revelou de o interpelar consistentemente de acordo com os seus princípios, ver Medeiros, *Edição...*

¹¹¹ Flávia Arruda Rodrigues, *Narrativas da Dominação no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias (1926-1951)* (dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010), 17-18.

premiadas, depois de lançadas e, frequentemente, relançadas pelo mercado editorial português da primeira metade do século XX, era constituído por cidadãos inseridos nesse contexto colonial».¹¹²

A lógica dos prémios obedece, então, a uma ótica de intervenção direta num mercado literário que vislumbrava como rarefeito e a carecer de espreitamento, sugerindo e caucionando uma literatura alternativa à literatura de oposição e aspirando à condição instrumental de alavanca de uma produção literária de pendor colonial cujo processo de reconhecimento decorresse, antes de mais, de uma estrutura de legitimação capaz de institucionalizar uma literatura nova de pendor colonial, gerando a sua própria morfologia de consagração. Lograr vencer o concurso e ser agraciado com o prémio não se traduzia, nem tinha de traduzir, inevitavelmente numa inserção no mercado, engendrando apenas por isso uma procura capaz de sustentar vendas continuadas,¹¹³ aspeto que deve refrear uma ligação direta entre o estabelecimento de um sistema de consagração literária e o sucesso de vendas e tiragens das obras galardoadas. Mas a interposição simbólica para constituir uma determinada presença no mercado era, essa sim, uma premissa óbvia de um dispositivo de reconhecimento como os prémios de literatura colonial da AGC/AGU.

A ideia de constituir um campo de produção literária em torno das temáticas coloniais não move, no entanto, apenas os agentes das políticas públicas, radicando igualmente em vozes que se iam discernindo ao longo do tempo. Não que a proclamação da necessidade de se escreverem e publicarem textos em livro de apoio à causa colonial ou que projetassem uma visão colonialista – ou a caucionassem de algum modo – tivesse constituído uma vaga de fundo no campo literário, designadamente entre escritores e editores. Essa propensão, o campo não a revelou. Mas também não foi excêntrico a um certo

¹¹² Idem, *Ibidem*, 18.

¹¹³ O livro *Mariazinha em África*, de Fernanda de Castro, exemplifica a inexistência de uma correlação forte entre atribuição do prémio do Concurso de Literatura Colonial da AGC/AGU e carreira comercial da obra. O volume, tendo sido um dos cinco títulos que concorreram à primeira edição dos prémios, não só nada arrebatou como ainda foi excluído (ver «Primeiro concurso de literatura colonial», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano II, n.º 14 [1926]: 152-158), o que não o impediu de ser um dos maiores sucessos de vendas até ao 25 de Abril. Na última edição de autora, de 1968, informa-se o leitor de que o livro atingiu o seu 31.º milhar. Confirma-se Fernanda de Castro, *Mariazinha em África* (Lisboa: s/ed., 1968), página de rosto.

diagnóstico de emergência tímida e paulatina, mas visível, de uma literatura colonial ou promotora da causa imperial.

Uma das editoras que constituíram uma plataforma impressa para o aparecimento de textos premiados pelo sistema de propaganda foi a eloquentemente batizada Editora Marítimo-Colonial. Um dos livros destacados foi seguramente *Auá, Novela Negra*, de Fausto Duarte, vencedor em 1934 do Prémio de Literatura Colonial e editada nesse ano pela Livraria Clássica Editora. O volume impresso pela Editora Marítimo-Colonial é de 1945, correspondendo à terceira edição do título. O prefácio coube a Aquilino Ribeiro, republicado nesta edição. Segundo Fausto Duarte, *Auá, Novela Negra* nasce num contexto do início dos anos 1930 em que «o continente negro surgiu aos olhos do mundo ocidental numa fase nova. Fecharam-se os livros de Livingstone. Criou-se uma literatura inesgotável de beleza e filosofia. Auá – documentário etnográfico – é também um novo capítulo de psicologia indígena».¹¹⁴

O autor de *Auá, Novela Negra* não está sozinho neste plano, que apresenta traços tanto de observação das dinâmicas literárias quanto de volição sobre essas mesmas dinâmicas. Também Luís Ribas em *Selvagens e Civilizados*, dado à estampa em edição de autor em 1937, assume abertamente tratar-se o seu volume de um contributo editorial para agitar o mercado livreiro e contribuir para a dinâmica impressa de um conhecimento maior das colónias portuguesas e mais estribado em produção literária, posicionando-se num projeto de fomento da procura por via de uma oferta específica num quadro panorâmico de escassez e invisibilidade. Subtitulado de *Romance Colonial*, o livro é prefaciado por Leite de Magalhães, coronel do exército que desempenhou altas funções na administração colonial. Leite de Magalhães abre com a tirada de que «[c]omeça de vêr-se, em Portugal, a fertilidade e vastidão do campo que são as terras de além-mar para os trabalhos criadores do espírito».¹¹⁵ Acrescenta que «uns após outros, os obreiros da literatura ultramarina foram surgindo. E no romance, na novela, na crónica, na etnografia, no folclore, dia a dia se ia registando a intensificação dum lãbor que nos entumescia de consoladoras

¹¹⁴ Fausto Duarte, «Introdução», in *Auá, Novela Negra*, 3.^a ed. (Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945), 21.

¹¹⁵ Leite de Magalhães, «Prefaciando...», in Luís Ribas, *Selvagens e Civilizados. Romance Colonial* (s/l.: s/ed. [Tipografia Voz de Lamego], 1937), V.

esperanças no rápido evoluir do pensamento e do carinho pelas terras distantes, onde a selva e os homens se mantinham arredados da nossa compreensão e do nosso amor». ¹¹⁶

O autor também dá nota deste movimento de descoberta de um império que se desconhece, salientando as mudanças face ao passado. «Depois de muitos anos de um pesado silêncio, começa-se agora a ouvir falar no nosso património colonial, saído do esquecimento e do ambiente que o envolvia, à custa de esforços, inegável patriotismo e saber dos homens que, nos últimos anos, o teem dirigido». ¹¹⁷ E este surto de conhecimento, tem, na opinião de Luís Ribas, permitido cumprir o nobre propósito de «[a]rrancar a falsa ideia de que as ‘costas de Africa’ são só para degredados, mostrando ao Mundo que a colonização portuguesa, – a mais sábia de tôdas – consegue erguer, onde eram selvas, modernas cidades confortáveis, tornar terrenos incultos em férteis vergeis, e, com um poder de persuasão admirável, sem violências, sem chicotes, sem prisões, transformar cada indígena num amigo, consciente do seu valor, da sua fôrça e, acima de tudo, orgulhoso de ser português». ¹¹⁸ É a este desenvolvimento atribuído à obra da colonização portuguesa que se deve o movimento editorial que escritor e prefaciador declaram que estaria a despertar no panorama nacional. ¹¹⁹

Acrescenta Leite de Magalhães que o «que o romance colonial precisa de traduzir, essencialmente, é a alma das selvas e a alma das gentes». ¹²⁰ O prefaciador interroga-se sobre esta ausência: «porque não hão de os assuntos puramente indígenas, reveladores da psicologia dos povos e dos segredos captados nas brenhas, constituir a matéria básica do nosso romanceiro colonial?» Na sua ótica,

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, VI. Leite de Magalhães produz uma lista de escritores com obra sobre o tema colonial, arrolando, além de Luís Ribas, os nomes de Brito Camacho, Gastão Sousa Dias, Julião Quintinha, Brito e Nascimento, Hipólito Raposo, Henrique Galvão, Carlos Selvagem, Teófilo Duarte, Pinto Correia, Augusto Casimiro, Hugo Rocha, Osório de Oliveira, Luiz Teixeira, Landerset Simões, Fernanda de Castro, Maria Archer, Guilhermina de Azeredo e Augusto Silva.

¹¹⁷ Luís Ribas, «Nota», em *Selvagens...*, s. p. [7].

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, s. p. [8-9].

¹¹⁹ «Como consequência do seu desenvolvimento, teem aparecido, de há algum tempo a esta parte, nas montras dos livreiros, vários volumes que lhe dizem respeito» Idem, *Ibidem*, s. p. [9].

¹²⁰ Leite de Magalhães, «Prefaciando...», em Ribas, *Selvagens...*, X.

«[e]ssa, sim, é que será a literatura nova, rescendente dum exotismo encantador».¹²¹ Não só se lança a ideia de que se ergue uma literatura vinculada aos temas coloniais, que aspira a ocupar o seu espaço na campo e no mercado, como ela será tributária essencialmente de um sentido de alteridade, fundeando estratégias e fórmulas na exploração da «psicologia indígena» ou do «exotismo encantador». O sentido de alteridade (a humana ou a da natureza) não deriva, evidentemente, de um exercício suportado na ideia de emancipação ou autonomia. Radica numa lógica exclusiva ou quase exclusiva de elaboração do exotismo,¹²² traduzida numa representação incapaz de se contrapor à ideia de um encontro entre povos ou «raças» civilizacional e historicamente inevitável e completamente inserido num princípio de vocação portuguesa – quando não à defesa de uma missão civilizadora e antigentílica.¹²³

Secção 4. Na ação do Estado, conduzir o processo: a Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar e a edição própria como prescrição

A pugna pelo crescimento da temática colonial e do império como elementos centrais de uma literatura a desenvolver atravessa, pois, um feixe de agentes, entre editoras, intelectuais e poderes públicos. Parte, aliás, do Estado o outro ângulo principal da intervenção neste desígnio: o da edição, tomada de modo praticamente exclusivo como edição própria e originada nas estruturas da administração pública. Uma vez mais, é à AGC/AGU que vai caber o protagonismo, que a espaços divide com outros organismos, como a Junta de Investigações do Ultramar (JIU). A inclinação editorial é claramente assumida desde

¹²¹ Idem, *Ibidem*, XII-XIII.

¹²² Sobre esta questão, ver Alberto Oliveira Pinto, «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e propaganda», *Clío*, VII (2002): 191-256.

¹²³ Para uma contextualização analítica e crítica desta problemática, ver Salvato Trigo, *Ensaio de Literatura Comparada Afro-luso-brasileira* (Lisboa: Vega, 1986); e Bernard Mouralis, *L'illusion de l'Altérité. Études de Littérature Africaine* (Paris: Honoré Champion, 2007).

o princípio e conhece uma variedade assinalável, a começar pela incursão nos periódicos, com o organismo a produzir algumas das publicações mais relevantes do seu tempo, sobretudo nas primeiras décadas. Sob o seu selo saíram periódicos de natureza diversa, avultando o *Boletim de Legislação Ultramarina Portuguesa*, o *Anuário do Império Colonial Português*, ou a *Permanência: Revista Mensal de Actualidades Ultramarinas*,¹²⁴ além do eixo impresso de informação e propaganda da AGC/AGU, o *Boletim Geral das Colónias*.¹²⁵ Houve lugar também à edição de *O Mundo Português. Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literatura Coloniais*, materializando durante toda a vigência deste periódico (1934-1947) uma parceria entre a AGC e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), depois Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Muito talhada à imagem de António Ferro, o diretor do SPN, o periódico *O Mundo Português* desempenhou um papel central na promoção da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, decorrida no ano de inauguração da publicação da revista, 1934, além de servir como plataforma de divulgação da produção literária de escritores africanistas da metrópole e de autores naturais dos territórios coloniais ou neles radicados.¹²⁶

A aposta num plano de edição própria recai igualmente no livro, tomado pela AGC/AGU como pomo indiscutível dos fundadores pressupostos de promoção e propaganda. Neste particular, uma vez mais, a intervenção do Estado será bem mais porfiada e consistente do que num conjunto muito alargado de outros sectores.¹²⁷ Com efeito,

¹²⁴ *Permanência: Revista Mensal de Actualidades Ultramarinas* foi publicada nos últimos anos da ditadura, entre 1970 e 1973.

¹²⁵ A revista conheceu os seguintes títulos: *Boletim da Agência das Colónias*, entre 1925 e 1931, *Boletim Geral das Colónias*, entre 1932 e 1951, e *Boletim Geral do Ultramar*, entre 1951 e 1970, num decalque sequencial das alterações orgânicas e de designação da própria estrutura institucional. Para uma visão exaustiva deste periódico, ver José Lima Garcia, «Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar, 1924-1974» (tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011).

¹²⁶ Para uma breve introdução a este periódico, ver Sérgio Neto, «São Tomé e Príncipe n' *O Mundo Português*», in *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa Perspectiva Interdisciplinar, Diacrónica e Sincrónica* (Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL e IICT, 2012), 207-216.

¹²⁷ Sobre as contradições da relação dos poderes públicos com o livro durante a ditadura, ver Nuno Medeiros, «Inconstância, ausência e paradoxo na política para o livro no Estado Novo português», *Escrita da História*, I, n.º 2 (2015): 15-48.

o tema colonial e a defesa de uma vocação imperial estarão na base de propostas de fomento editorial a cargo do próprio regime. O início da década de 1930 assinala o arranque determinado deste movimento de edição própria, nem sempre consequente nos resultados ambicionados. Foi o caso da «Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo», cujos estatuto e inserção institucional (isto é, qual a chancela editorial que acomodaria os livros), nunca terão sido claros, mau grado as disposições nesse sentido do Ministério das Colónias aquando da criação da coleção.

Esta coleção foi fruto de uma intenção vincadamente política, plasmada no Decreto número 23 745, de 7 de abril de 1934, com plano de execução aprovado através da Portaria n.º 7802 do mesmo dia. A edição dos livros e direção dos trabalhos ficariam a cargo do Arquivo Histórico Colonial, outorgando-se à AGC a condição de depositária das obras e a obrigação de as escoar comercialmente. Compreendia várias séries, em edição vulgar e em edição especial:¹²⁸ A) «A exploração do Atlântico», B) «O Império de Marrocos», C) «O Império do Oriente», D) «O Império do Brasil», E) «O Império Africano», e F) «Proveniências governativas». Ao Arquivo Histórico Colonial o ministro das Colónias Armindo Monteiro adjudicava logo no documento instituidor um conjunto de seis obras que especificava, de modo a apresentá-las ainda na Exposição Colonial: *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, de Gomes Eanes de Azurara (inscrita na série A), *Crónica de El-Rei D. João I*, de Gomes Eanes de Azurara (série B), *O Breve Tratado ou epílogo de todos os Visorreyes que tem havido no Estado da Índia...* (série C), *História dos Animais e das Árvores do Maranhão*, de Frei Cristóvão de Lisboa (série D), *História das Guerras Angolanas*, de Cadornega (série E), e «[u]m volume de legislação geral e especial ultramarina do século xv».¹²⁹

¹²⁸ O diploma fundador estabelece a existência de uma edição especial e de uma edição vulgar para cada título. A edição especial destinar-se-ia a «eruditos» e seria em papel de linho, enquanto a edição vulgar conheceria impressão em papel de algodão. «Na edição especial deverá procurar-se a perfeita correcção do texto, atendendo-se à expressão filológica e gráfica. A edição vulgar será feita sobre a anterior, procurando-se modernizar a expressão externa do texto.» «Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo», *Boletim Geral das Colónias*, ano x, n.º 107, (1934): 246.

¹²⁹ Portaria n.º 7802, de 7 de abril de 1934, ponto 6.º das Instruções.

Nenhum destes títulos chegou a ver a luz do dia a partir das premissas do comissionamento ministerial. É verdade que a portaria indica ao diretor do Arquivo Histórico Colonial a tarefa de, «desde já imprimir»¹³⁰ o conjunto adjudicado, mas fá-lo reconhecendo a quase impossibilidade dessa concretização relativamente à viabilidade da edição dos livros em causa, apenas sugerindo à instituição que o procurasse fazer. A data do documento legal, publicado no *Diário do Governo* em 7 de abril de 1934, a pouco mais de dois meses do início da exposição, que ocorre em 16 de junho, não deixava outra hipótese à determinação do governante. O irrealismo da incumbência face ao prazo absolutamente diminuto ditou o mais do que expectável incumprimento, saldando-se a expressão de serôdia vontade da tutela numa ausência de edição dos volumes consignados. Concebida muito provavelmente a coleção para suporte editorial da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, a incapacidade de concretizar o seu início para corresponder ao propósito fundador produziu um efeito esvaziador da sua existência. Da «Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa» só foram impressos dois títulos, vários anos após a data da determinação legal da sua existência. O primeiro saiu só em 1937, com selo de edição (e não apenas de impressão) da Editorial Ática e inserido na série E, «O Império Africano»: *História de Angola*, de Elias da Silva Corrêa, em dois volumes. Quatro anos depois, em 1941, é publicada a obra *Relação Diária do Cêrco da Baía de 1631*, de Pedro Cadena de Vilhassanti, o segundo e último livro da coleção, inserido na série D, «O Império do Brasil» (com selo de impressão da Tipografia do Anuário Comercial).

O saldo da edição própria das instâncias públicas em torno dos temas coloniais e do império não seria, contudo, negativo. Longe disso. E a AGC/AGU rapidamente chamou a si as responsabilidades de constituir um catálogo de produção de livros que consumou em várias coleções, de âmbitos e extensão diversa. Em 1943, em «Nota Prévia» ao *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias*, o então agente geral das Colónias, Júlio Cayolla, procede a um balanço da atividade editorial do organismo que dirige, concluindo que «a contribuição da Agência Geral das Colónias, criada em hora própria para o desenvolvimento da mentalidade colonial do nosso país, é já

¹³⁰ *Ibidem.*

verdadeiramente considerável».¹³¹ A tirada é feita em interesse próprio, num registo de encómio tecido em circuito fechado. Mas não é incorreta. Nesse ano, a AGC contava com várias coleções de livros no seu rol de produção, entre as quais se podem destacar a coleção «Pelo Império», a «Biblioteca Colonial Portuguesa», a «Colecção de Relatórios», «Estudos e Documentos Coloniais», a «Colecção de Legislação Colonial», a «Colecção do Ciclo dos Centenários» (cerca de 55 números publicados), a «Temas Lusíadas»¹³² (então com somente um título, *O Descobrimento do Brasil*, de Manuel Múrias) e a «Diversos».

Este panorama de coleções de livros vai ser operacionalizado pela Divisão de Publicações e Biblioteca, departamento da AGC/AGU com papel determinante no seu pulso editorial. À outorga da missão, esta estrutura vai responder com a produção de um conjunto de coleções contemplando uma diversidade de temas e uma quantidade de volumes que marcam e transformam a face da relação editorial do Estado com o tema colonial. Ou seja, o sector público passa a ter voz editorial neste recanto sectorial do livro, concretizando um programa de edição e desempenhando um papel ativo e de evidente proeminência. E, conseqüentemente, reposicionando-se no campo do livro.

Em 1932, através do Decreto número 21 988, de 15 de dezembro, o Ministério das Colónias procede a mudanças na configuração e nas atribuições da AGC. Este diploma estabelece como uma das competências desta divisão a organização de «uma biblioteca colonial portuguesa, publicando os livros e relatórios dos mais ilustres coloniais portugueses, que tenham caído no domínio público, forem adquiridos pela Agência ou oferecidos para publicação pelos seus autores, e reunindo

¹³¹ Júlio Cayolla, «Nota prévia», em República Portuguesa – Ministério das Colónias. *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias* (Lisboa: República Portuguesa – Ministério das Colónias, 1943), s. p. [5]. Cayolla prossegue, afirmando que a AGC se havia transformado numa «forte origem de propaganda e cultura, iniciada pelo Sr. Dr. Armino Monteiro, durante a sua gerência na pasta das Colónias em que se instituíram, para o efeito, os necessários serviços, sem que, desde então, este departamento deixasse de porfiar na nova função que desta arte se lhe determinou», s. p. [6].

¹³² Sobre a coleção «Temas Lusíadas», Cayolla afirma resultar da sua viagem ao Brasil, encontrando-se apenas em fase de germinação e para a qual estava prevista a colaboração de escritores portugueses e brasileiros. Confira-se Idem, *Ibidem*. O *Catálogo Bibliográfico* contabiliza ainda como produção da AGC a «Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo».

ou fazendo reunir em livros trabalhos dispersos dos melhores autores portugueses coloniais». ¹³³ O texto de fundação chamava para si a indicação de um feixe de autores que constituiria o leque inicial a editar: António Enes, Mousinho de Albuquerque, Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Freire de Andrade e Eduardo Costa. ¹³⁴ Pouco mais de um ano depois, estreia-se a «Biblioteca Colonial Portuguesa». Os seus títulos correspondem essencialmente a biografias ou a coletâneas de textos de personagens consideradas centrais no processo colonial português ou, para recorrer à expressão usada pela própria série, «dos homens mais notáveis da reconstituição do nosso Império Colonial». ¹³⁵

Esta coleção, titulada «Biblioteca Colonial Portuguesa», reuniu entre 1934 e 1938 um conjunto de livros de grande dimensão em termos do seu número de páginas, normalmente publicados em múltiplos volumes de várias centenas de páginas, cada um. A biografia *Eduardo da Costa*, da autoria do tenente-coronel Belo de Almeida e publicada em 1938 e 1939, por exemplo, dividia-se em quatro grossos volumes de grande formato (números 11, 14, 15 e 16 da coleção), contabilizando entre si um total de cerca de 1840 páginas. Por seu turno, os três volumes (números 7, 8 e 9) dedicados aos textos versando *Questões Histórico-Coloniais*, de Luciano Cordeiro, vindos a lume em 1935 e 1936, chegam às 1125 páginas. De menor extensão do que os anteriores, ainda assim o tríptico *Aires de Ornelas. Colectânea das suas principais obras militares e coloniais* (números 2, 3 e 6), impresso em 1934, ultrapassa as 1070 páginas. A extensão em número de páginas de um título, normalmente dividido por mais do que um volume, dificilmente atrairia um público mais largo do que leitores eruditos e especializados ou colecionadores, o que no contexto temporal coetâneo das edições seria uma população potencial muito estreita, o que aliás pode ajudar a explicar a curta cifra de números publicados, 16, correlata de sete títulos, com trabalho tipográfico a cargo da Editorial Ática, que é a casa a quem de modo praticamente exclusivo a AGC/AGU entrega o trabalho de composição e impressão de várias das suas coleções.

E a dimensão tipográfica é relevante para entender a natureza desta coleção, cuja vertente material não deixa de reforçar a delimitação

¹³³ Decreto n.º 21 988, de 15 de dezembro de 1932, artigo 17.º, § 7.

¹³⁴ *Ibidem*, artigo 49.º, § 1.

¹³⁵ Conde da Penha Garcia, «Prefácio», in Belo de Almeida, *Eduardo da Costa* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938), vol. I, 7.

de público percebida já na extensão em páginas de quase todos os livros da «Biblioteca Colonial Portuguesa». A inclusão de fotografias e gravuras em papel de tipo *couché* (no caso, de linho) foi um recurso comum aos livros desta coleção, o que fatalmente encareceria uma obra já de si pouco capaz de seduzir um público mais lato do que alguns interessados por motivos políticos ou por vocação académica. A quase totalidade dos volumes da coleção conheceu uma tiragem especial, de 100 exemplares, realizada em papel inglês Pluma, substancialmente mais dispendiosa do que a tiragem normal. Este agregado de fatores, associado a uma reconsideração de estratégia pela AGC, influiu seguramente na decisão de não prolongar a publicação da «Biblioteca Colonial Portuguesa», que em menos de cinco anos de atividade registou uma média anual de pouco mais de três volumes dados à estampa.

Estas tentativas não apagaram o facto de permanecer inconsueta a concretização de uma coleção de livros que cumprisse um dos intuitos mais evidentes da pretensão de propaganda a que se obrigava a AGC/AGU, a de uma real capacidade de poder disseminar-se a mensagem mediante a circulação do seu suporte. Na senda da orquestração propagandística gizada por Armindo Monteiro enquanto ministro das Colónias, o propósito de uma série de livros que efetivamente almejasse uma difusão mais alargada entre o público não especializado e que eventualmente atingisse um dado grau de popularização continuava por cumprir. Em outubro do seminal ano de 1934, em que se promulga a determinação – malograda – de constituir a «Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo» e em que se estreia a «Biblioteca Colonial Portuguesa», Garcia Polido (apresentado como escritor e publicista), alvitra que «se estude a hipótese de, mediante um plano previamente estabelecido, se proceder à publicação de uma Biblioteca de Literatura Colonial, com o sentido de divulgar entre o povo e a população das escolas o conhecimento de assuntos coloniais». ¹³⁶ O repto não demorará a ser atendido, com o lançamento da que foi, porventura, a coleção que mais marcou a atuação editorial da AGC/AGU no âmbito do seu desígnio de propaganda: «Pelo Império», coleção editada entre 1935 e 1961.

¹³⁶ Garcia Polido, «Literatura colonial», *Boletim Geral das Colónias*, ano x, n.º 112 (1934):110.

O objetivo claro é o de projetar livros para um público o mais vasto possível, desligando a lógica de edição de conteúdos apresentados como eruditos¹³⁷ e procurando apelar a leitores mais jovens, nos quais aspira infundir mundividências sobre o universo colonial e o seu passado, sobrelevando a sua relevância para o Estado e para a sociedade portuguesa. Apostando em livros baratos e com poucas páginas,¹³⁸ «a coleção iria conhecer um êxito real, beneficiando nomeadamente de uma difusão gratuita junto dos estudantes e dos jovens escolarizados».¹³⁹ Está por avaliar se esse êxito de difusão, de que fala Yves Léonard, se traduziu em práticas de leitura assentes numa circulação alargada dos exemplares.

A coleção encontrava-se perfeitamente inscrita no programa ideológico de recuperação de uma ideia de império como expressão lídima da nação portuguesa, que encontrava nas colónias uma vocação identitária e imbuída de missão histórica. Interessava, pois, dar a conhecer as colónias à população e promover junto desta o projeto colonial como elemento estruturante da própria conceção de portugalidade. O regime encontrava nesta via um respaldo de legitimação, ao mesmo tempo que estimulava o interesse pelos territórios, sobre os quais fazia incidir uma pedagogia sustentada propagandisticamente. A via escolhida, no entanto, privilegiou a abordagem de figuras militares, políticas e religiosas ligadas ao colonialismo ao mesmo tempo que também se concentrava nas operações e campanhas militares, ignorando por completo a vida, as gentes, as narrativas e os territórios das colónias, a não ser para os inscrever num contexto de celebração do domínio imperial como missão vocacional lusitana.

Talvez por isso, a coleção teve o concurso amplamente maioritário de autores provindos da esfera militar ou da administração colonial.

¹³⁷ Manuel Múrias, autor de duas obras inseridas na coleção, reconhece que «a natureza da Colecção de que fazem parte estes voluminhos não nos autorizasse qualquer aparato erudito» Manuel Múrias, *Caldas Xavier* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943), 7.

¹³⁸ A média de páginas por volume não ultrapassa em toda a coleção as 60 páginas. Só cerca de 5% dos livros publicados excedem a centena de páginas, sendo que o primeiro em que isso se verifica é o número 64, *A Missão e o Seminário da Huíla*, de António Brásio (100 páginas). Só um volume, dos 131 da coleção, chegou às 200 páginas, o número 126, *A Arrancada de Banastarim*, de Manuel António Ferreira (219 páginas).

¹³⁹ Léonard, «O império...», 25.

Entre os sete autores mais representados, contam-se um general, um tenente-coronel e um capitão.¹⁴⁰ Assim se delimitava a coleção «Pelo Império», conceção reproduzida por diversos autores com títulos na série. No número 29, publicado em 1936, Henrique, conde de Campo Bello, asseverava permanecer «em aberto uma dívida de gratidão para com a pléiade ilustre dos eminentes coloniais – de singular visão do futuro e incomparável valor – que já em nossos dias e à custa, muitas vezes, da própria vida, criou e defendeu o Império lusitano de aquém e além-mar em África. Veio saldá-la há pouco a Agência Geral das Colónias, ao promover a edição de numerosas e sugestivas biografias de soldados do ultramar».¹⁴¹

Mais do que dar a conhecer o império, a coleção «Pelo Império» glorifica a própria ideia de império, cunhando o colonialismo como matriz de subordinação dos territórios e dos nativos através da qual se cumpre a missão histórica de Portugal, civilizando, cristianizando e dominando. O tom retórico e proclamatório é elevado, emparceirando com uma linguagem vincadamente preconceituosa e vinculada ao mais puro eurocentrismo, designadamente no tratamento que em múltiplos títulos da coleção é dado aos africanos. A truculência do discurso, por vezes matizada sem anular um elemento etnocêntrico muito claro, não se perde significativamente até a final da coleção, cujo derradeiro número sai em 1961. Ainda nos anos 1950, já sob a égide de uma onomasticamente transmutada AGU, se dava voz impressa a dualidades de um maniqueísmo patente. Veja-se, por exemplo, *A Arrancada de Banastarim*, de Manuel António Ferreira, editado em 1953. Opondo de modo linear e inapelavelmente dicotómico a expansão muçulmana árabe à portuguesa, o autor classifica uns e outros da seguinte maneira:

Os enfatuados Islamitas, traiçoeiros como os Mamertinos e seus ardilosos adeptos, habilidosos em tecimentos asquerosos e enigmáticos como arrebicado feical, lutavam ardorosamente desde tempos pretéritos

¹⁴⁰ Contabilizando os autores com cinco ou mais volumes na «Pelo Império», o que repete mais vezes é Joaquim Duarte Silva, tenente-coronel, tendo assinado nove volumes na coleção. Por ordem descendente, seguem-se Eduardo de Noronha e Gastão Sousa Dias (com sete volumes cada um), Amadeu Cunha (com seis), Albino Lapa, Ferreira Martins e Marinho da Silva (com cinco).

¹⁴¹ Conde de Campo Bello (D. Henrique), *Os Robys*, vol. I (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936), 5-6.

por ampliar o seu domínio nas plurisseculares terras asiáticas, donde tiravam pingues lucros. [...] Os feitos gloriosos dos Lusos, de requintes de soberbo grandioso, que enriqueceram com sólidos feitos a Pátria, as páginas douradas da História, produzem entre a bastura mourisca, afeita a viver em meandros aranosos, estampido mais estoiraz que barreno poderoso que tivesse rebentado sobre a santa Kaaba, em Meca. [...] Os Portugueses, de bravura calma e serena perspicácia, valentes como os Sactas, corajosos como os Lídios, intrépidos como os Capadócijs, bravos como os Panfilis, audaciosos como os Fenícios, bateram-se em temerosos recontros com bárbaros do jaez dos Amalecitas e outros de reconhecida frouxidão de inteligência.¹⁴²

O tom é dado desde a primeira hora, sublinhando a índole da coleção e marcando a expressão do modo como a AGC/AGU aspirava à criação de uma visão do império português e de vocação do país, cujo mais puro intérprete seria o regime sobre o esteio do que se veiculava como a história de Portugal e o espírito dos seus heróis, muitos deles evocados nos livros agregados no selo «Pelo Império». O respaldo institucional desta lógica focal ia até ao mais alto nível. No início dos anos 1930, o ministro das Colónias Armindo Monteiro, ao perorar sobre o «espírito superior da colonização portuguesa», declara que «Portugal mantém as suas tradições de cultivador de povos e pode ocupar um lugar honroso entre as nações que melhor compreenderam essa gloriosa missão».¹⁴³ Defende a vocação imperial, mais do que colonial, de Portugal. Com efeito, para Monteiro, «Portugal pode ser apenas uma nação que possui colónias ou pode ser um Império. Esta será a realidade espiritual de que as colónias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prosseguir-la, vencendo tôdas as dificuldades – porque é êsse o seu direito».¹⁴⁴

¹⁴² Manuel António Ferreira, *A Arrancada de Banastarim* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953), 7 e 11.

¹⁴³ Armindo Monteiro, *Para uma Política Imperial. Alguns Discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, s/d.), 40.

¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, 56.

Logo em 1935, no sexto título a sair na coleção «Pelo Império», intitulado *António Maria Cardoso*, Américo Pires de Lima ufana-se: «nada mais glorioso para uma raça do que ser berço ou alfofre de impérios».¹⁴⁵ As proclamações exaltadas sucedem-se, conferindo aos volumes uma marca doutrinária cuja matriz narrativa não é animada por pressupostos de propaganda subtis, revelando, pelo contrário, formulações salpicadas por um estilo frequentemente grandiloquente e até rudimentar. Veja-se o registo utilizado por Joaquim Duarte Silva em *Francisco Newton. Explorador-naturalista*, de 1940. «Deus louvado! Dentro das suas possibilidades, materiais e humanas, esta nossa Pátria sempre procurou, através dos tempos e das mais duras vicissitudes, cumprir a alta e nobre missão histórica e civilizadora que o Destino lhe confiou.»¹⁴⁶ O putativo atributo vocacional de expansão imperial e domínio colonial como traves mestras da portugalidade não podia deixar de ser assacado à política do Estado Novo, atualizada como modelo para as gerações mais novas. Para Silva Tavares, «nesta hora de ressurgimento do Império»,¹⁴⁷ impõem-se solenidade e respeito. A circunstância suscita ao autor exortação e brado: «Mocidade portuguesa: Sentido! A extensão territorial em que flutua a gloriosa bandeira das quinas foi consolidada à custa de ignorados esforços e de benditos sacrifícios. [...] Mocidade Portuguesa: Sentido! Segui-lhe vós o exemplo.»¹⁴⁸

Apesar de esporádico, não é uma raridade o recurso a linguagem agressivamente depreciativa, violenta até, apresentando-se a mensagem com crueza e até crueldade de conteúdo. Eduardo de Noronha, no seu *O Explorador Serpa Pinto*, de 1936, ilustra com veemência este estilo, que foi emergindo a espaços na coleção. Ao referir-se à ação de Joaquim Mousinho de Albuquerque na campanha que conduziu à derrota militar de Gungunhana e ao seu aprisionamento pelos portugueses, Noronha descreve quadros como este: «Mousinho acusou Manhune dos seus crimes contra Portugal, dos seus maus conselhos a Gungunhana – ao que o preto respondeu que bem sabia que devia

¹⁴⁵ Américo Pires de Lima, *António Maria Cardoso* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935), 6.

¹⁴⁶ Joaquim Duarte Silva, *Francisco Newton. Explorador-naturalista (Apointamentos para uma Biografia)* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940), 9.

¹⁴⁷ Silva Tavares, *O Coronel Borges* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937), 9.

¹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, 18.

morrer... Morreu – e bem. Foi amarrado a uma estaca da paliçada e fuzilado por três soldados brancos.»¹⁴⁹ Prossegue, partilhando com o leitor que «Mousinho chamou Quétó. Acusou-o a êsse de ser, dos irmãos do Muzila, o único que quisera fazer guerra a Portugal [...]. Mandou amarrar Quétó à paliçada, e fuzilá-lo. O entusiasmo da pretalhada não tinha limites. E se mais fuzilamentos houvesse, teria delirado, ébria de ódio e sangue».¹⁵⁰ O autor não procura disfarçar a narrativa, assumindo tratar-se de uma «obra intencionalmente apolo-gética, posta ao serviço do Império».¹⁵¹

Embora esta retórica seja mais acirrada nas primeiras décadas da coleção «Pelo Império», a matriz geral não sofre alterações de monta, exibindo traços de continuidade que remanesceram até ao fim. E esta constância produz e projeta uma visão capaz de distorcer as mais cristalinas evidências históricas, mutiladas numa configuração discursiva de justificação dos aspetos mais terríveis da história colonial e da expansão imperial, sobrepujados ao desígnio de propaganda. O tratamento dado à escravatura em vários livros da coleção é um exemplo significativo, proposta não como processo de indução de sofrimento, humilhação, indignidade e morte, mas inversamente como decorrência quase benigna da lógica de dominação, apresentada como civilizadora e evangelizadora. Em *Portugal e o Tráfico da Escravatura*, de 1938, Manuel Múrias, a pretexto de uma inscrição interpretativa cravada no contexto que suscitou a prática da posse e do tráfico de escravos africanos, logo reclamando-se de um teor explicativo cuja razão decorreria da lógica coeva dos acontecimentos, assevera ao público leitor que «não restam dúvidas de que ela [a escravatura] representou um processo de civilização e progresso insubstituível naqueles tempos – um processo de que nenhuma nação prescindiu»,¹⁵² usando a figura e a crónica de Gomes Eanes de Zurara para sublinhar o que ele, Múrias, considera ter sido «o sentido profundo de caridade cristã que rodeava os escravos».¹⁵³ Conclui que «[e]ste sentido de humanidade, que

¹⁴⁹ Eduardo de Noronha, *O Explorador Serpa Pinto* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936), 25.

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, 26.

¹⁵¹ Idem, *Ibidem*, 6.

¹⁵² Manuel Múrias, *Portugal e o Tráfico da Escravatura* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938), 6.

¹⁵³ Idem, *Ibidem*, 16.

naturalmente decorria da fraternidade da crença – da consciência de não serem escravos ou senhores, mas irmãos, perante Cristo, – marcou desde o comêço da escravatura negra pelos portugueses o sêlo de benignidade e caridade, que nunca deixou de a distinguir».¹⁵⁴ A meio da década seguinte, mais precisamente em 1944, é possível encontrar uma asserção partilhada de benevolência do modelo escravagista português. António Brásio não hesita no seu *Os Pretos em Portugal* em declarar que «a escravatura para os portugueses (para os particulares e para o Estado), revestiu sempre um carácter de humanitarismo que não se encontra facilmente em qualquer outra parte do globo».¹⁵⁵

Quando a coleção «Pelo Império» chegou ao fim, no dealbar da década de 1960, compunha um quadro de 131 volumes publicados. De modo idêntico ao que sucedera com a coleção «Biblioteca Colonial Portuguesa», a Editorial Ática foi o esteio tipográfico da coleção «Pelo Império», não o seu selo editorial (que é a própria AGC/AGU), tendo imprimido cerca de 95% dos títulos. Este quadro sinaliza a permanência da relação de colaboração entre o organismo que edita e as oficinas gráficas a quem comete o fabrico material dos livros. Esta ligação ilustra impressivamente as relações que várias editoras e casas tipográficas foram sabendo entretecer com as estruturas estatais durante o período ditatorial, produzindo circunstâncias que seguramente contribuíram para a sobrevivência financeira dessas empresas, correspondendo, pois, a formas de inserção no mercado do livro.

O fim da coleção «Pelo Império» coincidiu com o lançamento de uma nova coleção pela AGU, a coleção «Unidade», cujo elemento de identidade e novidade consistia em acomodar exclusivamente autores ultramarinos, contemplando trabalhos literários de ensaio, ficção e poesia, as três secções em que se dividia. Publicando-se entre 1961 e 1972, foi dirigida Luís Forjaz Trigueiros, integrando no rol dos nomes mais representados Maria da Graça Freire, António de Navarro, Joaquim Paço d'Arcos ou Ruy Burity da Silva. Ao longo dos seus 11 anos de duração, esta coleção procurou instituir-se como expressão tipográfica de uma clara alteração no modelo de ofertas anteriores, contrastando com a «Pelo Império» no escopo (puramente

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, 18.

¹⁵⁵ António Brásio, *Os Pretos em Portugal* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944), 5.

literário) e na proveniência territorial dos autores (oriundos das colónias ou nelas sediados),¹⁵⁶ contando nas suas fileiras personagens sem ocupação militar. Não obedecendo o seu nascimento a uma lógica de substituição direta da coleção «Pelo Império», o seu surgimento representa, de certo modo, uma tentativa de mudança de registo nos modos editoriais de promover um Portugal colonial e unido numa comunidade jurídica intercontinental.

Uma via de disseminação das suas publicações em livro, que a AGC/AGU só explorou timidamente e de forma insuscetível de ser percebida como programática, porque intermitente e não assumida de maneira minimamente sustentada, foi a que se dirigia a um público não português, plasmada em edições traduzidas¹⁵⁷ ou em resumos em inglês e francês de separatas.¹⁵⁸ A AGC/AGU não se comportou, neste domínio de atividade propagandística, como um organismo vocacionado também para fora. Pautada na sua atuação por hesitações e por uma inconstância permanente, a AGC/AGU fez publicar alguns títulos em inglês e em francês, patenteando sem convicção ou apoio reiterado laivos de uma política de presença no espaço externo ao da circulação da língua portuguesa, apresentando-se nessas desgarradas e muito esparsas venturas como Agency General for the Colonies com a sua Division of Publications & Libray, posteriormente Agency-General for the Oversea Territories.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Numa primeira apreciação da coleção «Unidade», volvidos dois anos do seu nascimento, Pombo de Castro esclarece sucintamente o intuito da «iniciativa, [que] sem grandes alardes publicitários, vem cumprindo, mercê de séria e capaz orientação, a missão de ajudar a definir o horizonte literário além-europeu de Portugal». Pombo de Castro, «Coleção Unidade da Agência-Geral do Ultramar», *Boletim Geral do Ultramar*, ano XXXIX, n.º 461-462 (1963): 317.

¹⁵⁷ Jaime Cortesão é autor dileto neste tipo de operações, pois juntava um registo historiográfico a uma credibilidade intelectual, reforçada nesta altura, por ter sido diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa. Ver, por exemplo, Jaime Cortesão, *L'Expansion des Portugais dans l'histoire de la civilisation* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1930). A publicação inseriu-se no contexto de uma estratégia de formulação impressa para a Exposição Internacional de Anvers, tendo sido impressa em Bruxelas.

¹⁵⁸ Como as de obras, mais uma vez, de Jaime Cortesão, de que é exemplo *A Tomada e Ocupação de Ceuta*, separata do n.º 6 do *Boletim da Agência Geral das Colónias* (Lisboa: Imprensa Limitada, 1925). No final da separata encontram-se resumos em inglês e francês do texto de Cortesão.

¹⁵⁹ Inserem-se neste desiderato publicações como a de A. Fontoura da Costa, *Deambulations of the Rhinoceros (Ganda) of Muzafar, King of Cambaia, From 1514 to*

Em 1969 surge a coleção «Figuras e Feitos de Além-Mar», ainda a cargo da AGU, que conjuga algumas reedições da coleção «Pelo Império» com a publicação de textos novos. No lustro em que durou, foram dados à estampa 21 títulos, sendo os dois derradeiros volumes impressos no ano terminal da ditadura, em vésperas do 25 de Abril.¹⁶⁰ Esta espécie de reanimação procurou, de certo modo, mimetizar o prolongado curso de existência da coleção «Pelo Império», sem contudo o lograr. O discurso e os temas surgiam já como extemporâneos, não conseguindo a coleção «Figuras e Feitos de Além-Mar» libertar-se desse anacronismo genético.

Durante um terço de século, a ação determinada das estruturas públicas funcionara como motor da atividade editorial no domínio da propaganda imperial. Desde meados dos anos 1950, porém, o tratamento consagrado panegiricamente aos temas coloniais e à defesa do império vai esmorecendo e, com particular acuidade a partir do final desta década, vai ficando crescentemente entregue à iniciativa editorial privada. O *Boletim Geral do Ultramar* remanescerá até ao início da década de 1970, ano em que soçobra. Além disso, as transformações no quadro da administração no atinente aos assuntos coloniais, traduzindo mudanças e crescente diversidade no âmbito da abordagem política, institucional e intelectual destes temas, ganham força a partir dos anos 1950, com o aparecimento ou reconfiguração de vários organismos. À medida que a década de 1950 avança, a robustez e o entusiasmo editorial da AGU vão esmorecendo. As fórmulas dos anos 1930 e 1940 não resistem às mudanças do pós-guerra, obrigando a uma capitulação do entusiasmo da AGU no seu papel liderante no plano editorial.

1516 (Lisboa: Agency General for the Colonies, 1937); de F. Clement C. Egerton, *Angola Without Prejudice* (Lisboa: Agency-General for the Oversea Territories, 1955); e a coleção «Colonial Reports, Studies and Documents – Documents in Foreign Language».

¹⁶⁰ José Simões Martinho, *Dom Aleixo Corte-Real, Português de Timor* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1974); e Edmundo Correia Lopes, *O Padre Manuel da Nóbrega e a Formação do Brasil* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1974).

Secção 5. Sem pompa na circunstância: reagir às guerras

As ondas de choque do contexto internacional surgido na sequência do fim da Segunda Guerra Mundial fizeram-se sentir com intensidade na formação de um ambiente institucional e diplomático com alinhamento crescente pela descolonização e pelo fim dos impérios, sobretudo europeus. Confrontado com esta vaga, que em breve se traduzirá em sucessivos momentos de independência de novos países, que passaram a fazer coro com as posições institucionais de órgãos internacionais contra o colonialismo de regimes como o português, o Estado Novo resiste, intensificando uma política de defesa da manutenção de colónias que passou, porém, por pequenas concessões, enlaçadas numa estratégia primordialmente proclamatória. Uma das concessões traduziu-se na revogação do Ato Colonial, subsumido juridicamente na Constituição em junho de 1951. A alteração, nominal, foi essencialmente onomástica, persistindo numa afirmação vigorosa da unidade nacional intercontinental, transmutando-se a terminologia: as colónias passaram a províncias ultramarinas e o Império Colonial Português a Ultramar Português, recuperando o vocabulário monárquico oitocentista.¹⁶¹ Esta verdadeira operação de cosmética sinalizava uma recusa em adoptar qualquer solução que conduzisse à descolonização, mesmo numa feição mais gradualista e postergada no tempo.

No seio do universo editorial, este posicionamento não se encontrava desacompanhado. No período imediatamente posterior à guerra, indiferente aos ventos da descolonização ou, talvez, em contestação aos mesmos, o campo do livro promotor do império manifestou iniciativas de apoio à agenda colonial, insistindo num imobilismo das opções políticas relativamente a esta matéria. Este sector catalisou tipograficamente os interesses do governo, que produzia um discurso em causa própria. Em causa própria é, por sinal, a tradução do nome

¹⁶¹ Sobre o processo de crescente isolamento da posição portuguesa e da absoluta resistência do Estado Novo em descolonizar, ver Yves Léonard, «O ultramar português», em *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)* (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 31-50; e Valentim Alexandre, *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2017).

de uma editora de Lisboa, a Pro Domo, cujo recurso à expressão latina é sintomático. Logo em 1947, a Pro Domo inicia a coleção «Cultura Colonial». De duração efémera, o primeiro dos seus dois números é da autoria de Carlos Carneiro, um médico veterinário, intitulando-se *O Amboim*. Américo Chaves de Almeida, provável diretor da coleção e eventualmente até editor da Pro Domo, prefacia o livro de Carlos Carneiro, a que apõe a classificação de «colono de grande estirpe».¹⁶² Colonialista convicto e adepto fervoroso da doutrina de uma unidade nacional transterritorial envolvendo os territórios coloniais, Chaves de Almeida já possuía obra sobre o tema na editora. Segundo o prefaciador, Carlos Carneiro é a voz desse colono, «que interpreta notavelmente o sentido da própria Nação»,¹⁶³ que importa ouvir. Para Chaves de Almeida será mesmo «essa a razão fundamental por que a ‘Pro Domo’ aceitou com interesse esse trabalho e se dispôs a publicá-lo, abrindo com ele a sua secção de cultura colonial, indispensável numa editorial que acima de tudo põe o interesse da Nação e que se fundou e constituiu para o servir o melhor possível».¹⁶⁴ O livro que inaugura a coleção é um trabalho incidindo nas potencialidades da região angolana de Amboim, alinhando-se com o programa assumido pelo diretor de coleção/editor: «colonizar, fixando o colono à terra e civilizando!».¹⁶⁵ Nessa medida, exprime-se o desejo de que as páginas do volume «sejam lidas por muitos portugueses metropolitanos que só conhecem de ouvido o nosso Império Colonial, porque temos a certeza de que elas chegarão para que se sintam mordidos pela tarântula colonial, como os que daqui abalam por todos os navios, a tentar novos horizontes e a contemplar outras estrelas».¹⁶⁶ Mas o propósito prescritivo é também dirigido a todos «quantos têm responsabilidades de comando na administração colonial».¹⁶⁷

Em 1948 surge como número dois da coleção «Cultura Colonial» a obra *Paiva Couceiro: aspectos africanos da sua vida*, da autoria de Alberto de Almeida Teixeira, tenente-coronel do exército, antigo governador

¹⁶² Américo Chaves de Almeida, «Prefácio», in Carlos Carneiro, *O Amboim* (Lisboa: Pro Domo, 1947), IX.

¹⁶³ Idem, *Ibidem*, XII.

¹⁶⁴ Idem, *Ibidem*, XII.

¹⁶⁵ Idem, *Ibidem*, XV.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, XVII.

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*, XVII.

colonial e autor de vários livros em torno de temas coloniais angolanos, como *Angola Intangível*, de 1934.¹⁶⁸ Vários dos seus livros foram editados pela AGC/AGU, na coleção «Pelo Império». Paiva Couceiro mereceu a dedicatória de outro livro da editora, *Da Unidade Nacional*, da autoria do próprio Américo Chaves de Almeida,¹⁶⁹ publicado em 1944 como número três de outra coleção, «Cultura Política». Informados por um discurso intrinsecamente conservador, de timbre altamente católico e de ambição messiânica, a verve e o fervor da defesa da unidade portuguesa nas suas vertentes de religião e «raça» inscrevem-se numa retórica conhecida, ainda sobrevivente em meados dos anos 1940, com a Segunda Guerra Mundial por terminar. No que concerne à ideia de raça, por exemplo, Américo Chaves de Almeida proclama que o «ódio de raça não é defeito português».¹⁷⁰ Portanto, na sua óptica, «[a]ssim se explica a colonização da Índia, impulsio-nada pelo génio de Albuquerque, a de Cabo Verde que é província portuguesa de mulatos e sobretudo a do Brasil, onde três raças con-fluíram, dirigidas por nós, para criar Nação que há-de um dia deter a hegemonia da América do Sul e lá perpetuar a civilização do extremo ocidente da Europa».¹⁷¹

A mitologia da *pax lusitana*, mesmo se disfarçada pela vulgata de uma apropriação redutora e tardia das reflexões de Gilberto Freyre acerca da excecionalidade portuguesa no quadro dos colonialismos europeus,¹⁷²

¹⁶⁸ Esta obra venceu em 1935 o Prémio de Literatura Colonial, na categoria Monografias Coloniais.

¹⁶⁹ Américo Chaves de Almeida já seria em 1944 autor de outros quatro títulos, virados para o tema do império: *Importância do Império Colonial Português para a Economia Geral da Nação* (1928), *As Companhias Majestáticas* (1929), *O Problema da África Oriental Portuguesa* (1932) e *A Terra de Ossobó* (1941).

¹⁷⁰ Américo Chaves de Almeida, *Da Unidade Nacional* (Lisboa: Pro Domo, 1944), 89. Esta assunção, antecipando as apropriações simplistas e até deturpadas das ideias de mestiçagem propostas por Gilberto Freyre, deve ser lida na articulação com outro pressuposto, exposto por Chaves de Almeida: «O que há, é raças civilizadas e raças que o não são», 91.

¹⁷¹ *Idem*, *Ibidem*, 90.

¹⁷² Para uma incursão na relação entre o colonialismo português e o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, ver Cláudia Castelo, «O modo português de estar no mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961) (Porto: Edições Afrontamento, 1998); João Filipe Marques, «Racistas são os outros! Reflexão sobre as origens e efeitos do mito do 'não-racismo' português», in *Estudos III* (Faro: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 2008), 5-20; e Warwick Anderson, Ricardo Roque e Ricardo Ventura Santos, orgs., *Luso-Tropicalism and Its*

era, afinal, um logro. Não só a repressão¹⁷³ e o trabalho forçado¹⁷⁴ constituem elementos do exercício do poder nas colónias, implodindo a propaganda da harmonia racial e da assimilação, como a onda descolonizadora contamina o ultramar português, cuja situação se torna mais volátil. As tentativas reformistas no quadro da JIU e da Escola Superior Colonial, depois Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e posteriormente Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), produzindo relatórios contemplando planos e recomendações de correção de injustiças e disfunções,¹⁷⁵ soçobraram perante o ímpeto belicista do «a todo o transe», que culminou na mais longa guerra colonial do século xx europeu. Desde os acontecimentos de 1958, com as eleições para a Presidência da República, a ditadura passa a debater-se com um ambiente de crise permanente, alimentado por uma vaga de agitação política e social ao longo dos anos 1960, na metrópole e nos territórios ultramarinos, com particular saliência para a eclosão da Guerra Colonial em Angola, Guiné e Moçambique e para a revoada de manifestações de oposição e contestação, de carácter civil e militar, providas inclusive de dentro das estruturas do Estado.

Discontents: The Making and Unmaking of Racial Exceptionalism (Nova Iorque: Berghahn Books, 2019).

¹⁷³ Sobre a repressão portuguesa nas colónias depois da Segunda Guerra Mundial, nomeadamente a sua expressão mais violenta, traduzida em massacres e tortura sobre populações nativas, de que são exemplo impressionante os acontecimentos de Batepá, em São Tomé e Príncipe (1953) e de Pidjiguiti, na Guiné (1959), ver Gerhard Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, 2.^a ed. (Lisboa: Vega, 2002); Inês Nascimento Rodrigues, «As múltiplas vidas de Batepá: memórias de um massacre colonial em São Tomé e Príncipe (1953-2018)», *Estudos Ibero-Americanos*, XLV, n.º 2 (2019): 4-15; António Duarte Silva, «Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 9-10 (2006): 141-167; e Sílvia Roque, «3 de Agosto de 1959, massacre de Pidjiguiti, Bissau», in *As Voltas do Passado: A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, orgs. Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (Lisboa: Tinta-da-China, 2018), 33-39.

¹⁷⁴ Sobre o tema da persistência de práticas laborais coercivas no império português africano, ver José Pedro Monteiro, *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado. Um Império Sob Escrutínio (1944-1962)* (Lisboa: Edições 70, 2018).

¹⁷⁵ Para uma exploração deste caminho de feição reformista, não isento de tensões, ver Cláudia Castelo, «Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio», em *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições*, ed. Miguel Bandeira Jerónimo (Lisboa: Edições 70, 2012), 350-379; e Diogo Ramada Curto, dir., Bernardo Pinto da Cruz, Teresa Furtado, *Políticas Coloniais em Tempo de Revoltas: Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016).

A sucessão dos acontecimentos que veio a operar-se na transição dos anos 1950 para os 1960, com a derrota eleitoral – eivada de fraude generalizada – em 1958 do candidato presidencial da oposição, Humberto Delgado, a conflagração da Guerra Colonial nas frentes africanas e a crise política e diplomática que a antecedeu e acompanhou, as tomadas de posição conspirativas (como a que em 1961 foi encabeçada por Botelho Moniz, o ministro da Defesa) ou espetaculares (como o assalto e desvio do paquete *Santa Maria* por Henrique Galvão em 1961 ou a crise académica estudantil de 1962, violentamente reprimida), foram o eco mais perceptível de uma torrente que se originou nas «tensões acumuladas [desde meados da década de 1940] numa sociedade em mudança mas aperreada por bloqueios políticos, institucionais e ideológicos de toda a ordem».¹⁷⁶ Este contexto de crise possui «uma importante particularidade distintiva das crises do passado: é que o Governo não vai conseguir compartimentar as várias frentes nem política nem cronologicamente, por forma a responder-lhes separadamente».¹⁷⁷

O mundo do impresso não escapa a este fluxo, nele se imiscuindo e tomando parte ativa, configurando-lhe até os limites e o escopo. Fê-lo, por um lado, «lançando as bases tipográficas do descontentamento e balizando os moldes da sua circulação».¹⁷⁸ A circunstância de guerra colocou a situação nas colónias e o colonialismo no foco da contestação, pretextando o aparecimento de uma série de projetos editoriais de livros e periódicos, até de folhas volantes e material panfletário de toda a sorte, envolvendo sensibilidades de amplo espectro, desde o caleidoscópico universo da oposição de esquerda até a sectores como os católicos,¹⁷⁹ passando por uma caterva de não-alinhados. No plano mais específico da literatura, o marco da atribuição em 1965 do Grande Prémio de Novelística da Sociedade

¹⁷⁶ Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 523.

¹⁷⁷ *Idem*, *Ibidem*, 532.

¹⁷⁸ Medeiros, *Edição...*, 205.

¹⁷⁹ Para um aprofundamento da atividade editorial, plural e dinâmica, ao longo dos anos 1960, ver Medeiros, *Edição...*; Nuno Medeiros, «Action, reaction and protest by publishers in 1960s Portugal: books and other publications in the catholic Opposition», *Politics, Religion & Ideology*, XVI, n.º 2-3 (2015): 137-153; e Flamarion Maués, *Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal: 1969-1980* (Lisboa: Edições Parsifal, 2019).

Portuguesa de Escritores (SPE) a *Luuanda*, obra de José Luandino Vieira, ilustra inequivocamente as tensões geradas pela circunstância de um regime concentrado no ataque a tudo quanto lhe parecesse atentatório do princípio do direito histórico à existência de um império, congruando territórios dispersos geograficamente numa mesma entidade nacional, ou assim denominada. A ação expedita das estruturas repressivas, protagonizada pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, no encerramento compulsivo da SPE, no assalto e destruição da sua sede e posterior extinção da própria associação, seguidas de interrogatório e ordem de prisão a todos os membros do júri,¹⁸⁰ simbolizam a veia persecutória e censória do Estado Novo, mas cunham simultaneamente a consagração definitiva junto das instâncias autónomas do campo literário dos caminhos alternativos – e anticoloniais – que se desenhavam na literatura com remissão temática para as colónias.¹⁸¹

Mas a pedra angular dos fluxos e contrafluxos da atividade literária e editorial de âmbito colonial é a Guerra Colonial e as subjacentes propostas nativistas e autonomistas ou independentistas, feixe de temas elevado a pomo da ação governativa na relação com os territórios ultramarinos e a ensejo de manifestações de oposicionismo. A maré de crítica ou mesmo de oposição a uma guerra cujos efeitos de erosão se iam fazendo sentir no regime de maneira cada vez menos disfarçável, discernível com particular dinamismo no mundo da edição, não fica sem tentativas de resposta. Sem grande pompa, as instâncias de legitimação do Estado procuravam montar a sua estratégia face à circunstância, atribuindo prémios a livros entrincheirados do lado das forças militares. O alastramento do conflito a três frentes, em setembro de 1964, com o início das hostilidades militares em Moçambique, tornou mais premente enfatizar obras portadoras de mensagem inequivocamente pró-império e contestatária da legitimidade dos movimentos de libertação. A partir de 1965 são galardoados

¹⁸⁰ Composto por Fernanda Botelho, João Gaspar Simões, Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira e Alexandre Pinheiro Torres.

¹⁸¹ O reconhecimento literário, incluindo nesta categoria mais lata o reconhecimento editorial, desta literatura e do percurso que vinha fazendo lograra já em 1963 atingir um momento sancionatório crucial, com a edição pela Editora Brasiliense (de São Paulo) do livro de João Alves das Neves, *Poetas e Contistas Africanos de Expressão Portuguesa: Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique*.

nos concursos literários da AGU livros de teor ou contundência úteis aos intentos do Estado Novo, como, por exemplo, *Angola, Meio Século de Integração*, de João Pereira Neto (Prémio D. João II em 1965), *Moçambique Norte – Guerra e Paz*, de Guilherme de Melo (Prémio Pêro Vaz de Caminha em 1969) ou *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia*, de João Alma das Neves (Prémio Pêro Vaz de Caminha em 1971).

Uma das mais determinadas e porfiadas reações à Guerra Colonial não veio, porém, do sistema de legitimação do Estado nem das suas estruturas editoriais, incapazes de um fôlego persistente de contrarresistência num cenário bem diverso do das décadas de 1930 e 1940, mas de uma editora que se posicionou como um bastião nacionalista de antinomia às narrativas anticoloniais de índole transnacional e de denúncia do conflito armado que se ia alargando e eternizando: a Editora Pax, de Braga. Esta contraoposição, ideológica e literária, gravitou axialmente em torno da «Colecção Metrópole e Ultramar», editada entre 1964 e 1974 e dirigida por Amândio César. Professor, escritor e jornalista, autor com obra em géneros tão diversos como o ensaio ou a poesia, traçando um percurso pela direita mais extrema do regime (com passagem por periódicos como *Tempo Presente*),¹⁸² César foi dos mais interventivos e acérrimos defensores das teses do salazarismo, assumindo um lugar de trincheira na contenda pela legitimidade da posse de colónias nos anos mais duros enfrentados pelo Estado Novo e aparecendo mesmo «como o escritor mais representativo em tempo de guerra colonial».¹⁸³

Na «Colecção Metrópole e Ultramar» foram publicadas mais de oito dezenas de títulos. Segundo a editora, tratou-se de

[...] uma colecção só preenchida por escritores portugueses [...] que pretende ser um testemunho temporal da capacidade realizadora do escritor português, esteja ele presente onde quer que esteja. Porque a literatura, assim o pensamos, é também um elo de unidade nacional, um inconfundível elo a ligar todos aqueles que, através da poesia, do ensaio, do conto, da novela, da investigação, da etnografia, do

¹⁸² Para uma introdução ao projeto da *Tempo Presente* e ao círculo social de afinidade ideológica e programática que o corporizava, ver Medeiros, *Edição...*

¹⁸³ Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*, vol. II (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009), 125.

romance ou de qualquer outra expressão artística, não se demitem da sua qualidade de portugueses.¹⁸⁴

Este projeto editorial foi governado pelo objetivo declarado de enfatizar uma unidade do espaço português no pressuposto de uma umbilical e fundadora ligação territorial das colónias à metrópole e entre si, atualizando uma ideia de partilha cultural associada a uma comunidade política num quadro imperial que o regime via como natural e indestrutível, cuja génese foi inteiramente tributária de um contexto de conflagração colonial em três frentes. Uma cifra razoável de livros foi editada na sequência da receção de prémios literários, avultando os concursos literários promovidos pela AGU, verificando-se uma circulação pelos júris de nomes associados à coleção, a começar pelo próprio Amândio César, seu diretor, animador e autor, num exemplo quase de manual de circuito fechado como prática de maior eficácia na circunscrição de temas, títulos e autores a legitimar mediante o prémio. Deste modo, César participava no – e, portanto, reiterava o – circuito fechado mais vasto que as estruturas do regime haviam construído ou apoiado para garantir sistemas de validação e consagração às legitimidades literárias que procuravam instituir.¹⁸⁵

A poesia e a ficção predominam na coleção e, numa fase inicial, são mesmo hegemónicas. O romance e o conto constituem, aliás, géneros com ampla inscrição na «Colecção Metrópole e Ultramar». Neste âmbito, Reis Ventura é um dos expoentes quantitativos na relação de títulos editados nesta coleção, nela assumindo uma postura panfletária de índole acentuadamente colonialista,

¹⁸⁴ Amândio César, *Não Posso Dizer Adeus às Armas* (Braga: Editora Pax, 1965), badana da contracapa. Numa versão mais curta, a editora há-de proclamar que a coleção «afirma a unidade cultural do mundo português através da publicação de livros de Poesia, Conto, Romance, Ensaio, Teatro, etc., de escritores nacionais de todas as parcelas de Portugal».

¹⁸⁵ Em Fevereiro de 1965, com o número 12 da «Colecção Metrópole e Ultramar», sai a sua obra *Não Posso Dizer Adeus às Armas*, livro de poesia que conhecerá uma segunda edição aumentada em julho desse ano. O livro ganhou o Prémio Camilo Pessanha no âmbito do 36.º Concurso Literário da AGU, sendo membros do júri Moreira das Neves, Luiz Forjaz Trigueiros, J. M. do Prado Coelho, Natércia Freire e António Quadros. Confira-se «XXXVI Concurso de Literatura Ultramarina», *Boletim Geral do Ultramar*, ano XLI, n.º 475-476 (1964): 202-207.

configurando-se a série da Editora Pax como um dos veículos mais contumazes das que, para Isadora Fonseca, terão sido duas premissas nucleares da obra do autor: configurar e propagar «a ideologia e os mitos do império português em África, contribuindo para a constituição do imaginário e para a utopia colonial».¹⁸⁶ Um dos escritores mais populares do seu tempo, com particular reconhecimento em Angola e «a quem se pediam autógrafos nos cinemas e nas cervejarias de Luanda»,¹⁸⁷ Manuel Joaquim Reis Ventura corporiza o autor capaz de inscrever mundividências em géneros diversificados (incluindo a crónica e o depoimento), com ampla circulação em vários meios, desde o livro à imprensa, designadamente *A Província de Angola*, o jornal mais disseminado em território angolano. Parte significativa da sua obra literária conheceu publicação justamente nas páginas deste periódico, «com tiragens que chegaram aos 70 mil exemplares na década de 1970 e que circulava por toda a província ultramarina».¹⁸⁸

Como escritor amplamente representado na coleção, Reis Ventura – amigo próximo de Amândio César – surgiu essencialmente como romancista e contista, géneros por excelência de uma afirmação literária a que a «Coleção Metrópole e Ultramar» aspirou. E esta afirmação literária correspondeu à dimensão política que se refletiu numa estratégia de contraposição ao movimento de resistência nas arenas da edição e da autoria, visível em várias declinações de não-alinhados ou de opositores declarados. Nem só de poesia ou de prosa literária, contudo, viveu a coleção, também pródiga em estudos de foco etnográfico, compilações e textos de timbre explicitamente político. No plano mais lato da edição, a Editora Pax ofereceu voz impressa e pôs a circular uma agenda reacionária na contramão de um feixe de dificuldades internas e externas colocadas ao Estado Novo. E parte do jogo foi jogada no terreno das legitimidades literárias, mesmo naquelas traduzidas em géneros menos centrais (e até nem literários). A aspiração nesta coleção a algum tipo de proposta literária global capaz de contrariar um posicionamento antirregime e de até propugnar uma lógica em prol da Guerra Colonial e da manutenção

¹⁸⁶ Isadora Ataíde Fonseca, «Reis Ventura, a imaginação do império e a subjetividade colonial», *Revista de Estudos Literários*, IX (2019): 202.

¹⁸⁷ Idem, *Ibidem*, 216.

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*, 202.

de um projeto colonial português converteu-a num evidente instrumento de recrutamento autoral, agregando e legitimando editorialmente um rol de escritores com os mais diversos itinerários e graus de reconhecimento.¹⁸⁹

Conclusão

Em Portugal a cultura impressa, sobretudo a edição de livros, olhou tardiamente para o tema do império, da colonização e da relação com o Outro como dimensões de importância considerada fundamental no que se devia oferecer ao público e nas estratégias do Estado na condução da sua política colonial, fenómeno constituído como derivação de – ou em linha com – uma inexistência de política sistemática para construir capacidade infraestrutural e de representação do império. Só praticamente no século xx é que uma produção editorial mais assumida e reiterada procurou tornar culturalmente presentes estes temas na esfera e na ação públicas, contribuindo para uma imaginação positiva do império e dos seus territórios como desígnio histórico e inalienável dos portugueses, ajudando a compor e a consolidar uma mística imperial. Sem nunca se ter assistido a uma dinâmica fervilhante ou exuberante de edições em defesa de um Portugal indiviso e transcontinental, investido de um direito divino à colonização, também não se verificou um deserto de projetos e coleções editoriais (aqui metodologicamente perspetivados a partir do objeto-livro, e não de outros, como o folheto, a narrativa jornalística ou a abordagem de periódicos como revistas) que tomassem os temas referidos como eixo de produção.

No século xx, com particular incidência a partir do final da década de 1920, o campo da edição de livros em torno de temas favoráveis ao domínio colonial e à ideia de império, como vocação, missão ou expressão nacional, revelou-se particularmente permeável à participação de elementos externos à circunscrição mais estreita de um território literário, normalmente formado de modo quase exclusivo por

¹⁸⁹ Incluindo nomes como Bastos Xavier, Carlos Campos, Geraldo Bessa Victor, José Manuel da Costa, José Montenegro, Manuel Leal Freire, Nuno de Miranda, Pinharanda Gomes ou Rodrigues Júnior.

escritores *stricto sensu*, inscritos num universo estético e obedecendo a normas de consagração restritivas.¹⁹⁰ Na edição aqui abordada, pelo contrário, franquear o portal da admissão da escrita editada e publicada – ainda que frequentemente em sistema de autoedição – revelou-se menos difícil do que noutros sectores do mundo do livro literário. O império como motivo na edição portuguesa desvelou um feixe de experiências diverso, cujo impacto não é ainda totalmente abarcável, mesmo que se trate de uma realidade permeada de atavismos que concorrem para uma certa singularidade portuguesa claramente vinculada à especificidade colonial portuguesa novecentista. Indiferente às mudanças que se iam verificando dentro e fora do país, indiferente até à natureza violenta e altamente segregadora do colonialismo português, a edição de livros promotores de um *statu quo* colonial encontrou-se até à derrocada do império profundamente imiscuída num «imenso reservatório histórico e retórico da ‘missão civilizadora’». ¹⁹¹ A prossecução de um discurso tardia e forçadamente obrigado a uma adaptação retórica que incluisse uma componente assimilacionista e de coexistência racial harmónica não modificou esta matriz.

Mais do que noutras esferas do mundo editorial português, a edição de temática colonial e imperial é mais permeável às transformações das estruturas políticas e dos regimes de governação. A autonomia do campo não desaparece e vai-se manifestando com os cambiantes que os espaços sociais de produção e circulação da cultura impressa são capazes de gerar. Mas há uma clara sobreposição entre o tipo de livros, os seus conteúdos e modelos de edição e o contexto político e a cronologia que este estabelece. De uma maneira mais visível e mesmo passível de delimitação com clareza, há um antes e um depois das alterações políticas que levaram ao fim da I República e que

¹⁹⁰ Para um aprofundamento panorâmico das normas que estruturam o universo literário, ver Richard Ohmann, *The Politics of Letters* (Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1987); Philippe Desan, Priscilla Parkhurst Ferguson e Wendy Griswold, eds., *Literature and Social Practice* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1989); Pierre Bourdieu, «Le champ littéraire», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 89 (1991): 3-46; e Pierre Bourdieu, *Les Règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire* (Paris: Seuil, 1992). Bourdieu tende a reduzir o seu conceito de campo literário aos escritores, assimilando-os a criadores e produtores dos textos, e subalternizando outras figuras fundamentais, como os editores, que coloca em esferas de circulação e pertença próprias.

¹⁹¹ Jerónimo, *Livros...*, 270.

conduziram ao aparecimento e consolidação da ditadura. E, ao contrário do que sucedeu noutros domínios da edição, a dimensão propagandística e a reformulação do enquadramento do projeto colonial pelo Estado Novo – traduzida em medidas concretas, como a criação e manutenção consistente de concursos literários ou como a capacidade de edição própria – caucionaram uma interferência consequente neste segmento do campo. A ação do Estado, sobretudo a partir da implantação do salazarismo, não moldou a edição sobre o império nem recortou a literatura colonial a seu bel-prazer, mas logrou surtir efeitos sentidos claramente na oferta de livros e na disponibilidade de autores. Este sector não deixou, porém, de configurar uma parcela relativamente pequena do universo editorial durante o período analisado, gerando um mercado do livro com um dinamismo surpreendente, mas claramente diminuto no seio do já não muito vasto mercado do livro português.

Muitas das editoras, correspondendo a um projeto unipessoal sem base de sustentação ou inserção dos seus animadores no meio especializado, não porfiaram, mantendo uma produção reduzida e caracterizando-se pela efemeridade. É neste cenário que, paradoxalmente, as instâncias editoriais do Estado, sobretudo ao longo do salazarismo, medraram com um vigor maior do que na maioria dos outros sectores da edição, patenteando maior vontade, direção programática e convicção política, e exibindo uma durabilidade e uma variedade pouco comuns quando comparados com as venturas editoriais patrocinadas pelos poderes públicos noutras áreas.¹⁹²

Sintetizando globalmente os atributos deste tipo de edição, os mecanismos que conduzem à publicação não são diversos dos que funcionam em termos gerais no universo editorial mais vasto. O *petit monde* dos editores é ainda mais enfezado na esfera das chancelas dispostas a publicar volumes deste temário, o que pode ajudar a explicar que um número razoável de livros venha a lume em edição de autor ou paga pelo autor, ainda que com chancela. Trata-se, nessa medida, de um universo fragmentado, construído por editoras de pequena dimensão, fortemente ancorado na edição de autor. Neste universo,

¹⁹² Para uma ilustração da atividade editorial do Estado durante a ditadura, ver Nuno Medeiros, «Edição de livros e Estado Novo: apostolado cultural, autonomia e autoritarismo», em *O Estado Novo em Questão*, dirs. Nuno Domingos e Victor Pereira (Lisboa: Edições 70, 2010), 131-164.

a categoria autoral materializa-se numa diversidade taxonómica de origens, mostrando-se mais generosa do que noutros domínios literários (porque mais afunilados por sistemas de validação e legitimidade) a ser avatar de personagens com uma ampla gama de proveniências: além de escritores *soit-disant* profissionais ou com aspirações a sê-lo, são iniciados ou confirmados na condição de autoria políticos, militares, funcionários administrativos, etnógrafos e antropólogos, jornalistas, engenheiros, veterinários, prelados.

A lógica de consagração é, com efeito, menos seletiva, demandando avidamente o recrutamento. Mesmo se existe um mimetismo de instrumentos de reconhecimento e de engendramento simbólico, como o prémio literário, estes são praticamente todos de iniciativa estatal. Os instrumentos de consagração literária correspondem, aliás, a um dos dispositivos de inscrição usados pelo campo alargado da literatura e mais particularizado da edição de livros a que o regime mais recorreu como via de acesso ao conhecimento e reconhecimento como fórmulas de constituir mercado, interpelando a oferta e convocando a procura. Nesse sentido, os agentes da ação pública estão conscientes de que os seus incentivos à emergência e consolidação de um universo de obras e autores devem acarretar uma implicação a jusante, traduzida segundo o desejo dos promotores – apesar das exceções – num aumento da circulação e da venda dessas obras.

Fontes e bibliografia

Fontes

Anónimo, «Grande Êxito na Feira do Livro – Notas interessantes», *Diário de Notícias*, 3 de junho, 1931, 4.

Boletim da Agência Geral das Colónias, 1925-1931.

Boletim Geral das Colónias, 1932-1951.

Boletim Geral do Ultramar, 1951-1974.

Decreto n.º 21 988, de 15 de dezembro de 1932.

Decreto n.º 23 745, de 7 de abril de 1934.

Diploma Legislativo Colonial n.º 43, de 30 de setembro de 1924.

Portaria n.º 4565, de 12 de janeiro de 1926.

Portaria n.º 7802, de 7 de abril de 1934.

Portaria n.º 14 691, de 4 de janeiro de 1954.

Portaria n.º 17 676, de 15 de abril de 1960.

Portaria n.º 24 013, de 3 de abril de 1969.

República Portuguesa – Ministério das Colónias. *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias*. Lisboa: República Portuguesa – Ministério das Colónias, 1943.

Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. *Catálogo Geral das Edições SNI, 1933-1948*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, 1948.

Bibliografia

Alexandre, Valentim. «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo». *Análise Social*, XXVIII, n.º 123-124 (1993): 1117-1136.

Alexandre, Valentim. *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

Anderson, Warwick, Ricardo Roque, e Ricardo Ventura Santos, eds. *Luso-Tropicalism and Its Discontents: The Making and Unmaking of Racial Exceptionalism*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2019.

Bethencourt, Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX*. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

Bethencourt, Francisco, e Diogo Ramada Curto. *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

Bhabha, Homi. *The Location of Culture*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2004.

Boehmer, Elleke. «Introduction». In *Empire Writing: An Anthology of Colonial Literature, 1870-1918*, ed. Elleke Boehmer, xv-xxxvi. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Boehmer, Elleke. *Colonial and Postcolonial Literature: Migrant Metaphors*. 2.^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Bourdieu, Pierre. «Le champ littéraire». *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 89 (1991): 3-46.

Bourdieu, Pierre. *Les Règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.

Bratton, Jacqueline. «Of England, Home and Duty: The Image of England in Victorian and Edwardian Juvenile Fiction». In *Imperialism and Popular Culture*, ed. John MacKenzie, 73-93. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, 1986.

Castelo, Cláudia. «O modo português de estar no mundo». In *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

Castelo, Cláudia. «Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio». In *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições*, ed. Miguel Bandeira Jerónimo, 350-379. Lisboa: Edições 70, 2012.

Cristóvão, Fernando, coord. *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002.

- Cristóvão, Fernando, coord. *O Olhar do Viajante: Dos Navegadores aos Exploradores*. Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2003.
- Curto, Diogo Ramada, dir., Bernardo Pinto da Cruz, e Teresa Furtado. *Políticas Coloniais em Tempo de Revoltas: Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.
- Desan, Philippe, Priscilla Parkhurst Ferguson, e Wendy Griswold, ed. *Literature and Social Practice*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- Domingos, Nuno. «A Minerva Central: uma livraria colonial». In AAVV, *Comunidades de Leitura. Cinco Estudos de Sociologia da Cultura*, 63-120. Lisboa: Colibri, 2009.
- Ferreira, António Matos. «Cristianismo e espaço ultramarino: igrejas e correntes religiosas em face do império e da descolonização». In *História da Expansão Portuguesa*, dirs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, 384-405. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- Fonseca, Isadora Ataíde. «Reis Ventura, a imaginação do império e a subjetividade colonial». *Revista de Estudos Literários*, IX (2019): 199-223.
- Fouché, Pascal. «L'édition littéraire, 1914-1950». In *Histoire de l'édition française*, dirs. Roger Chartier e Henri-Jean Martin. Vol. 4, *Le Livre Concurrencé: 1900-1950*, 210-258. Paris: Promodis e Fayard, 1991.
- França, José-Augusto. *Lisboa 1898. Estudo de Factos Socioculturais*. 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- Garcia, José Lima. «Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial: o concurso da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926-1974)». In *Estados Autoritários e Totalitários e Suas Representações*, coords. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, 131-143. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Garcia, José Lima. «Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar, 1924-1974». Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011.
- Gomes, José António. *Para Uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1998.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. «Os missionários do alfabeto nas colónias portuguesas (1880-1930)». In *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, dir. Diogo Ramada Curto, 29-67. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Almas Negras. A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Léonard, Yves. «O império colonial salazarista». In *História da Expansão Portuguesa*, dirs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, 10-30. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- Léonard, Yves. «O ultramar português». Em *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, 31-50. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- MacKenzie, John. «Introduction». In *Imperialism and Popular Culture*, ed. John MacKenzie, 1-16. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, 1986.
- Malek, Anwar Abdel. «L'orientalisme en crise». *Diogenes*, n.º 44 (1963): 109-142.

- Marques, João Filipe. «Racistas são os outros! Reflexão sobre as origens e efeitos do mito do ‘não-racismo’ português». In *Estudos III*, 5-20. Faro: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 2008.
- Marroni, Luísa. «‘Portugal não é um país pequeno’. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934». *História. Revista da FLUP*, III (2013): 59-78.
- Maués, Flamarion. *Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal: 1969-1980*. Lisboa: Edições Parsifal, 2019.
- Medeiros, Nuno. «Ações prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 85 (2009): 131-146.
- Medeiros, Nuno. «Edição de livros e Estado Novo: apostolado cultural, autonomia e autoritarismo». In *O Estado Novo em Questão*, dirs. Nuno Domingos e Victor Pereira, 131-164. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Medeiros, Nuno. *Edição e Editores: O Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Medeiros, Nuno. «Action, reaction and protest by publishers in 1960s Portugal: books and other publications in the catholic opposition». *Politics, Religion & Ideology*, XVI, n.º 2-3 (2015): 137-153.
- Medeiros, Nuno. «Inconstância, ausência e paradoxo na política para o livro no Estado Novo português». *Escrita da História*, I, n.º 2 (2015): 15-48.
- Medeiros, Nuno. «D’O Recreio à Livraria Romano Torres: Edição para o Grande Consumo no Portugal Contemporâneo». Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- Medeiros, Nuno. *O Livro no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Outro Modo, 2018.
- Mollier, Jean-Yves. «Genèse et développement de la culture médiatique du XIX^e au XX^e siècle». In *De l’Écrit à l’Écran. Littératures Populaires: Mutations Génériques, Mutations Transmédiatiques*, dir. Jacques Migozzi, 27-38. Limoges: Presses Universitaires de Limoges, 2000.
- Monteiro, José Pedro. *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado. Um Império sob Escrutínio (1944-1962)*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- Mouralis, Bernard. *L’Illusion de l’Altérité. Études de Littérature Africaine*. Paris: Honoré Champion, 2007.
- Neto, Sérgio. «Insularidade, idiosincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português». In *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*, coords. Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa, 181-192. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Neto, Sérgio. «São Tomé e Príncipe n’O Mundo Português». Em *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa Perspectiva Interdisciplinar, Diacrónica e Sincrónica*, 207-216. Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL e IICT, 2012, <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3893>.
- Neves, João Manuel. «Classes genealógicas coloniais: o caso de Moçambique». In *Avanços em Literaturas e Culturas Africanas e em Literatura e Cultura Galega*, eds. Petar Petrov, Pedro Sousa, Roberto Samartim e Elias Feijó, 13-32. Santiago de

- Compostela e Faro: Associação Internacional de Lusitanistas e Através Editora, 2012.
- Noa, Francisco. *Império, Mito e Miopia. Moçambique como Invenção Literária*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- Ó, Jorge Ramos do. *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito», 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- Ohmann, Richard. *The Politics of Letters*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1987.
- Pinto, Alberto Oliveira. «O concurso de literatura colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e propaganda». *Clio*, VII (2002): 191-256.
- Poddar, Prem, Rajeev S. Patkee, e Lars Jensen, ed. *A Historical Companion to Postcolonial Literatures: Continental Europe and its Empires*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.
- Puga, Rogério. *O Essencial sobre o Romance Histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- Rêgo, Manuela, e Miguel Castelo-Branco. «Antes das Playstations». Em *Antes das Playstations: 200 anos do Romance de Aventuras em Portugal*, coord. Manuela Rêgo e Miguel Castelo-Branco, 73-91. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- Ribeiro, António Manuel. «Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Coleção 'Pátria' de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)». *Revista de História das Ideias*, XVI (1994): 161-192.
- Rodrigues, Flávia Arruda. «Narrativas da Dominação no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951)». Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.
- Rodrigues, Inês Nascimento. «As múltiplas vidas de Batepá: memórias de um massacre colonial em São Tomé e Príncipe (1953-2018)». *Estudos Ibero-Americanos*, XLV, n.º 2 (2019): 4-15.
- Roque, Sílvia. «3 de agosto de 1959, massacre de Pidjiguiti, Bissau». In *As Voltas do Passado: A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, orgs. Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 33-39. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.
- Rosas, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. VII de *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- Said, Edward. *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente*. Lisboa: Livros Coto-
via, 2004.
- Sassoon, Donald. *The Culture of the Europeans. From 1800 to the Present*. Londres: HarperCollins, 2006.
- Seibert, Gerhard. *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. 2.ª ed. Lisboa: Vega, 2002.
- Serra, Filomena, Paula André, e Sofia Leal Rodrigues, orgs. *Projectos Editoriais e Propaganda: Imagens e Contra-imagens no Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.
- Silva, António Duarte. «Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC». *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 9-10 (2006): 141-167.

Cultura Popular e Império

- Silva, António Duarte. *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (C. 1914-1974)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2018.
- Sousa, Sandra. *Ficções do Outro: Império, Raça e Subjectividade no Moçambique Colonial*. Lisboa: Esfera do Caos, 2015.
- Tanga, Lino. «*O Ensino Indígena em Angola e o Papel dos Missionários*». Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2012.
- Torgal, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*. Vol. II, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- Trigo, Salvato. *Ensaio de Literatura Comparada Afro-luso-brasileira*. Lisboa: Vega, 1986.
- Vidigal, Luís. «A expansão contada às crianças. A invenção da memória colonial na literatura infanto-juvenil (da segunda metade do século XIX a meados do século XX)». In Maria Cândida Proença, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*, 81-130. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.